



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

LOYD DIAS DA SILVA

JUVENTUDES:
pobreza e desocupação na Região Metropolitana do Recife

UBERLÂNDIA

2009

LOYD DIAS DA SILVA

JUVENTUDES:

pobreza e desocupação na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Rosana Ribeiro.

UBERLÂNDIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586j Silva, Loyd Dias da, 1979-
Juventudes : pobreza e desocupação na região metropolitana do Recife
/ Loyd Dias da Silva. - 2009.
95 f .

Orientadora: Rosana Aparecida Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Mercado de trabalho – Recife (PE) - Teses. 2. Juventude – Emprego - Teses. 3. Pobreza – Teses. 4. Desemprego – Teses. I. Ribeiro, Rosana Aparecida. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 331.6 (813.4)

LOYD DIAS DA SILVA

JUVENTUDES:

pobreza e desocupação na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Uberlândia, 30 de outubro de 2009.

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Rosana Aparecida Ribeiro - UFU
Orientadora



Prof. Dr. Henrique Dantas Neder – UFU



Dr. Renault Michel – IPEA



Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – UFU

LOYD DIAS DA SILVA

**JUVENTUDES:
pobreza e desocupação na Região Metropolitana do Recife**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Uberlândia, 30 de outubro de 2009.

Banca Examinadora

Prof^ª Dr^a Rosana Aparecida Ribeiro - UFU
Orientadora

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder – UFU

Dr. Renault Michel – IPEA

Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE ‘UFU

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

É com satisfação que se alcança mais esta etapa na vida acadêmica. Para que se chegasse até aqui, foi possível contar com o apoio de muitas pessoas e instituições no decorrer dos últimos anos. Recorro a esse espaço para fazer os meus sinceros agradecimentos.

A Deus e aos meus pais, Antonio e Celma – meu porto seguro e base espiritual – pelo amor que me sustenta e pelos ensinamentos que sempre irão me perseguir onde quer que eu esteja. Agradeço por terem me trazido pelas mãos até aqui e pelo apoio incondicional que me fortalece. Cada vez que olho para mim, percebo que há mais de sua presença do que eu poderia imaginar e isso me faz extremamente feliz. *“Por onde eu for a sua bênção me seguirá”*.

Aos meus maninhos: Joycinha, Natinha, Luquinhas e à minha cunhadinha Djanira pela cumplicidade e parceria em todos os momentos. Amo cada um deles incondicionalmente.

Aos meus adoráveis sobrinhos Jonatas Júnior e Anna Julie, *“só porque tenho por eles um apreço imenso”*.

Aos meus avós Ademar e Alzina, essas pessoas especiais e iluminadas que merecem todo o meu respeito, amor, admiração.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), onde comecei a me encantar com as ciências econômicas, em especial a professora Ana Maria Fontenele, minha orientadora de monografia.

Aos colegas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho que conheci na Célula de monitoramento do mercado de trabalho, onde despertei para o estudo do tema desta pesquisa. Agradeço especialmente aos queridos Wládia, Marúzia, Jonathan, Muniz, Márcio, Norma, Rosaliane, Arlete, Teixeira, Júnior Macambira, Lima, Mardônio e Marinaldo, este participou de minha banca de defesa da monografia de conclusão da graduação em economia na UFC.

Aos colegas da Prefeitura de Fortaleza, por todo o apoio que recebi: Rômulo Ferrer, Julio, Isabel, Gláucia, Rita, Diana, Shirley, Airton, Felipe Mota, Diego, Wallace Felipe, Dr. Alfredo e Dra Ana Fontenele, mais uma vez.

Aos meus professores no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Niemeyer Almeida Filho, José Rubens Garlipp, Flávio Vilela, Germano

de Paula, Clésio Lourenço, Carlos Nascimento, Guilherme Delgado, Rosana Ribeiro e Henrique Neder.

Ao professor Niemeyer, pela importante participação em minha vida acadêmica, e cujo carinho paternal foi essencial para tornar mais branda a adaptação na nova cidade.

À professora Rosana Ribeiro, pela orientação neste estudo.

Ao professor Henrique Neder pela participação na banca e pela co-orientação nesta dissertação, embora oficialmente não seja reconhecida, na UFU, a figura do co-orientador. Agradeço enormemente pela amizade, dedicação e pelos sugestões para o desenvolvimento do estudo, auxiliando-me todas as vezes que precisei e me ajudando a superar algumas das minhas limitações principalmente quanto aos métodos econométricos. Sua participação foi fundamental não somente em minha vida acadêmica e neste trabalho, mas sobretudo em minha formação enquanto ser humano - pelo seu exemplo de humildade, simpatia, carisma e pela simplicidade que lhe é peculiar.

Ao Dr. Renault Michel, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela participação na banca de defesa da dissertação.

Ao Guilherme Araújo, pela valiosa contribuição na fase final da dissertação, cuja parceria foi fundamental na elaboração do último capítulo.

Aos funcionários da UFU, em especial a Vaine, pelo tratamento personalizado e por todo o carinho dedicado aos mestrandos do Instituto de Economia. Carinho esse que levarei por toda a vida.

Aos meus colegas de turma: Fernanda Calasans, Humberto Lima e Daniel Jeziorny – bem mais do que amigos, “anjos” com quem eu pude contar desde o início – Ana Márcia Rodrigues, por todo o apoio e pelos momentos de amizade, alegria, ansiedade e angústia compartilhados. Agradeço também ao Guilherme Araújo, Vinícius Spirandelli, Thales Viegas, Almir César, Leonardo Camargo, Áureo Haag e Elias Ricardo.

Aos amigos que fiz no Instituto de Economia: Henrique Barros, Júnior Dias, Karine Obalhe, César Piorski, Michelle Borges, Wynghpal Quianté, Maria Cláudia, Francismeire e, em especial, a Izabel Oliveira pelo apoio na fase final de desenvolvimento da dissertação.

Às amigas de república: Janayne Reis e as tilangas Natália e Thais, pela convivência compartilhada durante o mestrado

Às minhas amigas essenciais: Zilah, Diana, Marúzia, Joana e Regina, de quem a distância física, felizmente, aproximou-me ainda mais.

À Beth, Priscila e Rebeca, ao João, Thiago, Ravi, pelo carinho que me receberam.

Aos colegas da Advocacia-Geral da União (AGU): Aninha, Paulo, Márcio, Jaira, Sivinha, Rafael, Tomaz, e também aos coordenadores Carreira e Chicão e à diretora Isaura, pela compreensão e apoio para que eu concluísse este estudo.

Finalmente, agradeço ao Banco do Nordeste do Brasil que, por meio do programa de apoio às teses e dissertações, financiou por quatro meses este trabalho.

*Sofremos em nossa vida
uma batalha renhida
do irmão contra o irmão
nós somos injustiçados
nordestinos explorados
mas nordestinados não.*

*Há muita gente que chora
vagando de estrada afora
sem terra, sem lar, sem pão
crianças esfarrapadas
famintas, escaveiradas
morrendo de inanição.*

...
*mas não é o pai celeste
que faz sair do nordeste
legiões de retirantes.
os grandes martírios seus
não é permissão de deus
é culpa dos governantes.*

*Já sabemos muito bem
de onde nasce e de onde vem
a raiz do grande mal
vem da situação crítica
desigualdade política
econômica e social.*

...
*uma vez que o conformismo
faz crescer o egoísmo
e a injustiça aumentar,
em favor do bem comum
é dever de cada um
pelos direitos lutar.*

*Por isso vamos lutar
nós vamos reivindicar
o direito e a liberdade
procurando em cada irmão
justiça, paz e união
amor e fraternidade.*

Patativa do Assaré.

RESUMO

Este trabalho se propôs a fazer um diagnóstico da situação do jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife (RMR), bem como estimar os determinantes da desocupação dos jovens pobres e não pobres no seu âmbito durante os anos de 1995, 2001 e 2007. Constatou-se neste estudo que os jovens pobres são substancialmente mais atingidos pelo desemprego que os não pobres, indiferente à faixa etária considerada e ao sexo. Outro aspecto importante revelado neste trabalho é que embora seja esperado que a taxa de desocupação vá declinando mediante o avançar da idade do jovem, no caso dos pobres essa queda não é tão significativa. Além disso, nas faixas etárias mais elevadas se encontra o maior hiato entre taxas de desocupação pobres *versus* não pobres, comprovando que o desemprego dos pobres vai condicionar sua vida adulta, quando a razão entre as taxas de desocupação pobres/não pobres será ainda maior. Da segmentação por sexo, depreende-se que as maiores taxas de desocupação são as enfrentadas pelas mulheres, sendo ainda maiores para as pobres. Quanto à escolaridade, também influencia distintamente pobres e não pobres, sendo que em idênticos níveis de instrução, os primeiros enfrentam maiores dificuldades para conseguir emprego comparativamente aos segundos. Nas faixas etárias mais elevadas é onde se encontram os maiores diferenciais entre as taxas de desocupação pobres/não pobres. Para a estimação da probabilidade de desemprego juvenil entre pobres e não pobres utilizaram-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) como fonte de dados para a modelagem *probit*. Os resultados alcançados revelam que as variáveis que influenciam a probabilidade da desocupação juvenil, ao nível de 1% de significância, no caso dos jovens pobres são: renda familiar *per capita*, experiência e a condição do jovem na família. Para os jovens não pobres, suas probabilidades de desemprego são afetadas pela experiência e condição do jovem na família.

Palavras-chave: Juventude. Pobreza. Trabalho. Desocupação.

ABSTRACT

This study proposes to make a diagnosis of the situation of poor and non-poor youth in the labor market in the metropolitan region of Recife, and to evaluate the determinants of the unemployment of the poor and non-poor youth there during the years 1995, 2001 and 2007. This study verified that poor youth are substantially more affected by unemployment than non-poor, irregardless of age or sex. Another important aspect highlighted by this study is that although it is expected that the unemployment rate would go down in relation to the advancing age of the young, for the poor this improvement is not as significant. Moreover, in higher age groups, it is the biggest gap between the unemployment rates of the poor versus non-poor, showing that the unemployment of the poor will influence his adult life, when the gap in the unemployment rate between poor and non-poor will be greater. Classifying by gender, it appears that the highest rates of unemployment are experienced by women and are even higher for poor women. As for even education, this also distinctly influences poor and non-poor, and in the same levels of education, the poor face greater difficulties in obtaining employment, compared to non-poor and in the older age groups is where the biggest differences between the unemployment rates of poor and non-poor are seen. To estimate the probability of youth unemployment among the poor and non-poor, the micro-data of the National Household Sample Survey (NHSS) was used as a data source for the probit model. The results obtained show that the variables that influence the probability of youth unemployment, at the 1% significance level, in the case of poor young people are: per capita family income, experience, and role/social status of the young in the family. For non-poor young, their probabilities of unemployment are affected by the experience and role of the young in the family.

Key-words: Youth. Poverty. Labor. Unemployment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

Condepe/Fidem – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Etene – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Iets – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Princípio da Demanda Efetiva

PEA – Pessoas Economicamente Ativas

PIA – População em Idade Ativa

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Pnea – Pessoas Não Economicamente Ativas.

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

PDE – Princípio da Demanda Efetiva

Prob – Probabilidade

PSU – *Primary Sampling Unit*.

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

RMR – Região Metropolitana do Recife

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

TCH – Teoria do Capital Humano

TG – Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

Var – Variância

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Taxas de participação, desocupação e ocupação – RMR (em %)	40
Tabela 2 - Taxas de desocupação Juvenil segundo faixas etárias - RMR (em %)	50
Tabela 3 – Taxas de desocupação segundo faixas etárias e condição econômica - RMR (em %)	51
Tabela 4 – Razão entre as taxas de desocupação dos pobres e não pobres segundo faixas etárias – RMR (em %)	52
Tabela 5 - Taxas de desocupação juvenil segundo gênero – RMR (em %)	54
Tabela 6 - Taxas de desocupação juvenil segundo gênero e condição econômica - RMR (em %)	55
Tabela 7 - Taxas de desocupação Juvenil segundo grupos de anos de estudo - RMR (em %)	57
Tabela 8- Taxas de desocupação segundo grupos de anos de estudo - e condição econômica - RMR (em % - medida em anos de estudo)	58
Tabela 9 – Distribuição dos jovens desocupados segundo condição na família – RMR (em %)	60
Tabela 10 - Distribuição dos jovens desocupados segundo condição na família e situação econômica - RMR (em %)	61
Tabela 11 - Taxas de desocupação juvenil segundo condição na família - RMR (em %)	62
Tabela 12 - Taxas de desocupação juvenil segundo arranjo familiar e condição econômica - RMR (em %)	63
QUADRO 1 – Descrição das variáveis utilizadas	71
Tabela 13 - Linhas de pobreza para a RMR utilizadas na análise	(valores em R\$) 72
Tabela 14 - Tabela de Classificação (Jovens pobres)	77
Tabela 15 - Tabela de Classificação (Jovens não pobres)	78
Tabela 16 - Estimadores do modelo probit para os jovens pobres	79
Tabela 17 - Estimadores do modelo probit para os jovens não pobres	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO	18
1.1 Os determinantes da desocupação	19
<i>1.1.1 A determinação do desemprego segundo o modelo neoclássico.....</i>	<i>19</i>
<i>1.1.2 A Teoria do Capital Humano e suas implicações sobre a desocupação.....</i>	<i>21</i>
<i>1.1.3 O desemprego como um problema de empregabilidade</i>	<i>24</i>
<i>1.1.4 A abordagem keynesiana.....</i>	<i>25</i>
1.2 Ocupação, desocupação e pobreza	29
1.3 Determinantes da desocupação juvenil	32
<i>1.3.1 Considerando o lado da oferta de mão de obra</i>	<i>33</i>
<i>1.3.2 A desocupação sob a ótica da demanda por mão de obra</i>	<i>35</i>
CAPÍTULO 2 JUVENTUDE, POBREZA E TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.....	37
2.1 Panorama econômico da RMR no período recente.....	38
2.2 A juventude da Região Metropolitana do Recife.....	44
2.3 Inserção juvenil na Região Metropolitana do Recife	46
2.4 Região Metropolitana do Recife: Desocupação Juvenil e Pobreza	49
<i>2.4.1 Desocupação Juvenil e faixas etárias</i>	<i>50</i>
<i>2.4.2 Desocupação juvenil e gênero.....</i>	<i>53</i>
<i>2.4.3 Desocupação juvenil e escolaridade</i>	<i>56</i>
<i>2.4.4 Desocupação juvenil e arranjos familiares.....</i>	<i>60</i>
CAPÍTULO 3 OS DETERMINANTES DA DESOCUPAÇÃO JUVENIL	64
3.1 Dados	64
<i>3.1.1 Demarcação temporal</i>	<i>66</i>
<i>3.1.2 Delimitação da população estudada</i>	<i>67</i>
<i>3.1.3 Definição das variáveis utilizadas no modelo</i>	<i>69</i>
3.2 Metodologia.....	73
<i>3.2.1 Probit</i>	<i>73</i>

3.2.2 Agrupamento independente de cortes transversais ao longo do tempo	75
3.3 Interpretação dos resultados	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APENDICE A - TESTE DE RAZÕES	93
APENDICE B - Estimação da desocupação para os jovens pobres.....	94
APENDICE C - Estimação da desocupação para os jovens não pobres	95

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresento surgiu como um desdobramento dos estudos que venho desenvolvendo, desde a minha monografia da graduação, sobre juventude e inserção no mercado de trabalho. Mais especificamente, a presente dissertação relaciona-se aos estudos sobre juventude, pobreza e trabalho.

É importante reconhecer que a juventude não deve ser considerada um conjunto homogêneo. Tratando-se de um grupo heterogêneo, não se pode falar em uma questão juvenil, sendo necessária a realização de estudos que segmentem a juventude.

Esta dissertação pretende revelar aspectos ainda pouco estudados no que tange à desocupação dos jovens na Região Metropolitana do Recife. Além do recorte espacial, será adotado o procedimento analítico de segmentar os jovens segundo sua condição de pobreza, sexo, condição na família, faixas etárias, grupos de anos de estudo.

A partir da segmentação é possível apreender as diferenças e semelhanças entre os jovens e, dessa forma, identificar os segmentos juvenis mais atingidos pela desocupação. É Relevante estudar os jovens de forma segmentada, pois essas características podem estar influenciando a trajetória ocupacional futura dos jovens, perpetuando o ciclo de pobreza para as novas gerações.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para a indicação das principais necessidades de cada segmento juvenil. Esse diagnóstico é de suma relevância, permitindo às políticas públicas elaborar instrumentos mais adequados.

Em linhas gerais, este trabalho tem o objetivo de fazer uma análise da população juvenil e das causas de sua desocupação na Região Metropolitana do Recife, no intuito de captar as principais semelhanças e divergências em relação aos indicadores de mercado de trabalho entre jovens pobres e não pobres nos anos de 1995, 2001 e 2007.

Quanto aos objetivos específicos desta dissertação, pode-se indicar: apontar algumas das principais causas da desocupação juvenil (tanto do lado da oferta como sob a ótica da demanda); pesquisar indicadores relativos à educação dos jovens pobres e não pobres na Região Metropolitana do Recife; confrontar os indicadores de desocupação juvenil entre

pobres e não pobres; investigar a ocupação juvenil no âmbito da RMR no período estudado, estimar as probabilidades de jovens pobres e não pobres estarem desocupados.

A metodologia utilizada neste trabalho para a estimação da probabilidade da desocupação juvenil para pobres e não pobres foi o modelo econométrico de resposta binária *probit*. Essa metodologia permite estudar o impacto das variáveis selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar desocupado.

Esta dissertação está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta as principais teorias sobre os determinantes do desemprego de acordo com os enfoques neoclássico, da teoria do capital humano, da empregabilidade e sob a ótica keynesiana. Em seguida, aborda-se a importância da renda do trabalho na composição dos rendimentos totais das famílias, apresentando também um breve panorama da inserção de pobres e não pobres na População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. Por fim, é introduzida a questão do desemprego juvenil, por meio de uma exposição de suas causas sob as óticas da oferta e da demanda por mão-de-obra.

No segundo capítulo desse estudo o objetivo é fazer um estudo detalhado acerca da inserção e desocupação juvenil na Região Metropolitana do Recife. Para tanto, torna-se necessário compreender o funcionamento da economia da RMR, então primeiramente é feita uma apresentação do panorama econômico da RMR pós-plano Real. Em seguida, apresentamos a juventude da Região Metropolitana do Recife, abordando a ocupação juvenil e examinando, ainda, os jovens inseridos na População Economicamente Ativa na condição de desocupados, deparando-se com graves dificuldades de inserção ocupacional.

No terceiro capítulo é feita uma estimativa da probabilidade de um jovem pobre ou não pobre estar desocupado na Região Metropolitana do Recife. Para tanto, recorre-se ao modelo econométrico de resposta binária *probit*, onde jovem desocupado é variável dependente e, utilizando o banco de dados da PNAD/IBGE, escolhem-se algumas variáveis para testar as causas da desocupação juvenil na RMR, bem como para verificar possíveis diferenças na desocupação entre pobres e não pobres na RMR nos anos de 1995, 2001 e 2007, conforme microdados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para esses anos.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO

A definição de população jovem tem sido amplamente discutida pela literatura específica sem, todavia, alcançar um consenso. Na visão de alguns autores, a juventude é caracterizada como uma experiência comum e homogênea em todos os grupos sociais. Eles não consideram as especificidades culturais, tampouco temporais. No entanto, considerando a conceituação proposta por Camarano, juventude deve ser considerada como um processo de transição para a vida adulta, o que não ocorre de forma linear. Em suas palavras:

[...] Uma visão mais balanceada deve considerar essa fase da vida como composta por experiências complexas e heterogêneas, caracterizadas tanto por vulnerabilidades quanto por potencialidades. A incidência desses dois conjuntos de atributos ocorre diferenciadamente entre sexos, grupos sociais, étnicos, regiões geográficas, etc. (CAMARANO, 2006, p.14)

De acordo com a autora, tal processo não pode estar limitado apenas à idade, e nem à transição escola-trabalho, devendo abranger também as inter-relações entre escola, trabalho e família como condicionantes da transição para a vida adulta (CAMARANO, 2006).

Embora a faixa etária considerada como jovem pelos organismos internacionais como OIT e ONU seja de 15 a 25 anos, para a análise desenvolvida neste trabalho, são assumidos como jovens os indivíduos de 15 a 29 anos de idade. Ainda que somente a partir dos 16 anos sejam aos jovens assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários, eles já podem ingressar no mercado de trabalho aos 14 anos na condição de aprendizes.

Camarano (2006) atribui esse alongamento da juventude ao aumento paulatino da idade em que indivíduos continuam como membros secundários da força de trabalho, adiando a responsabilidade de uma nova família. Desse modo, os jovens permanecem como dependentes, continuam morando na casa dos pais e percebendo auxílio financeiro para atender suas necessidades, mesmo depois dos 25 anos de idade.

Vale ressaltar, ainda, que a saída da escola, a entrada no trabalho, a formação de família e a constituição de domicílio – considerados pela autora elementos centrais da transição para a vida adulta – têm sido prolongados, o que justificaria um alongamento da fase a ser estudada como juvenil até os 29 anos (CAMARANO, 2006).

A população juvenil sempre enfrentou maiores taxas de desocupação, comparativamente aos adultos – mesmo em um contexto de crescimento econômico e recuperação do emprego. Isso não é nenhuma novidade, e demonstra a maior vulnerabilidade da população juvenil frente ao mercado laboral. Este trabalho pretende contribuir para o debate acerca do desemprego juvenil, trazendo à tona diferenças no desemprego enfrentado por jovens pobres e não pobres.

Este primeiro capítulo objetiva apresentar as principais teorias a respeito dos determinantes do desemprego, introduzindo também uma abordagem sobre os determinantes da desocupação juvenil. Ele está dividido em três seções. A primeira apresenta os determinantes da desocupação de acordo com o enfoque neoclássico, da teoria do capital humano, da empregabilidade. Ainda na primeira seção, igualmente é abordado o problema do desemprego sob a ótica keynesiana.

Na segunda seção é mostrada a importância da renda do trabalho na explicação dos rendimentos totais das famílias. Além disso, é apresentado um breve panorama da inserção de pobres e não pobres na População Economicamente Ativa (PEA). A terceira seção aborda a questão do desemprego juvenil, apresentando seus determinantes a partir das óticas da oferta e da demanda por trabalho.

1.1 Os determinantes da desocupação

Nesta seção, enfatizaremos os determinantes do desemprego a partir do enfoque neoclássico, da teoria do capital humano, como também sob a perspectiva da empregabilidade. Posteriormente, confrontaremos o problema do desemprego sob a ótica keynesiana.

1.1.1 A determinação do desemprego segundo o modelo neoclássico

O modelo neoclássico estabelece que o livre funcionamento dos mercados sempre conduz ao equilíbrio no mercado de trabalho. Para seus teóricos, o salário real resulta da

intersecção entre as curvas de oferta e demanda por trabalho, tendo como consequência pleno emprego automático.

A curva de demanda por trabalho (N^d) é negativamente inclinada no plano nível de emprego (N) e salário real (W/P). A curva de demanda, de acordo com o primeiro postulado, assume que as firmas empregam trabalhadores até o ponto onde o salário é igual ao produto marginal do trabalho.

A curva de oferta, por sua vez, estabelece uma relação direta entre salário e oferta de mão de obra, tendo por base o segundo postulado, que pressupõe que trabalhadores ofertam seu trabalho até o ponto em que a utilidade do lazer seja igual à utilidade marginal proporcionada pelo trabalho. Assim, tem-se uma curva de oferta positivamente inclinada. A partir da interação das duas curvas, ficariam determinados concomitantemente o nível de emprego e o salário real no modelo neoclássico.

Simultaneamente a essa elevada confiança na autorregulação dos mercados, o modelo neoclássico também considera a neutralidade da moeda que, de acordo com o modelo, é simplesmente unidade de medida. O paradigma neoclássico pressupõe uma dicotomia entre o lado real (onde são determinados o salário real, emprego, produto, etc.) e o lado monetário da economia, não existindo comunicação entre os dois lados (RAMOS, 2003). Nessa situação, o desemprego é considerado, pelos neoclássicos, como resultado de um salário real demasiadamente elevado, que gera uma oferta de trabalho superior à demanda.

Para os neoclássicos, se os salários fossem mais flexíveis, essa oferta excedente de mão de obra iria se autocorrigir através dos mercados, pois um excesso de oferta provocaria um movimento de queda nos salários reais. Isso possibilitaria a redução da oferta e elevação da demanda, eliminando o desemprego. Todavia, os neoclássicos não explicam adequadamente a origem da rigidez dos salários, atribuindo o desemprego também a fatores institucionais ou legais (como o estabelecimento de piso salarial, sindicatos, etc.).

O desemprego seria explicado através do aumento do poder dos sindicatos que, juntamente com o salário mínimo, acentua as desigualdades. Ou seja: para eles, o problema do aumento das taxas de desocupação da mão de obra mantém ligação direta com a rigidez das leis trabalhistas. Para os neoclássicos, o aumento da multa rescisória (em casos de dispensa sem justa causa) tornaria os empresários mais criteriosos, diminuindo o volume das contratações formais (RAMOS, 2003a). Além disso, para os neoclássicos, o nível de emprego de equilíbrio é unicamente o de pleno emprego, compatível somente com os tipos de

desemprego friccional e voluntário. O primeiro tipo – desemprego friccional – é decorrente de pequenas imperfeições entre oferta e demanda de trabalho.

Quanto ao desemprego voluntário, é aquele decorrente do fato de a desutilidade do trabalho ser maior que a utilidade do salário que se poderia receber trabalhando. Nesse caso, o trabalhador optaria por não trabalhar.

No modelo neoclássico, todos os que desejam trabalhar¹ encontram emprego. A flexibilidade do salário possibilita que toda a mão de obra seja empregada. Caso o sistema ficasse temporariamente abaixo do nível do pleno emprego, esse equilíbrio logo seria restabelecido, pois os salários seriam pressionados para baixo, promovendo o ajustamento automático das quantidades (N) via alteração nos preços (W/P).

Destaca-se, então, que no modelo neoclássico o problema do desemprego origina-se na rigidez do salário real, devendo as soluções para a desocupação passar pela flexibilização dos fatores que promovem tal rigidez.

1.1.2 A Teoria do Capital Humano e suas implicações sobre a desocupação

A Teoria do Capital Humano (TCH) ganha força durante os anos de 1950 e 1960, motivada por uma preocupação com o crescimento econômico e a distribuição de renda. A TCH pressupõe que o capital humano é produto de decisões individuais, é algo produzido. A teoria também assume que o nível de escolaridade de um indivíduo mantém relação positiva com seus rendimentos pessoais.

O ponto de partida para a teoria do capital humano é a ideia de que a renda individual está diretamente relacionada aos atributos pessoais que determinam a renda do trabalho. Esses atributos são: a habilidade ou talento natural, o estado de saúde e a capacidade para exercer força física, a qualificação resultante da escolaridade formal, etc. Essas características pessoais são os componentes do estoque de capital humano, que podem ser alteradas pelos indivíduos por meio de suas decisões racionais (MEDEIROS, 2004, p. 108).

Para os teóricos do capital humano, a elevação da produtividade marginal do trabalho é explicada pelos atributos pessoais, características naturais e habilidades adquiridas. Tais

¹ para o salário vigente.

habilidades adquiridas seriam precedidas por uma prévia decisão. A teoria pressupõe, ainda, que os indivíduos são racionais e que alguns resolvem obter mais habilidades que outros.

O sujeito se autogerencia como a um capital, investindo em si mesmo como se investe em qualquer outro ativo (RAMOS, s/d). Para os pesquisadores do tema, algumas pessoas ganham mais que outras porque as primeiras investiram mais em si mesmas, em seu capital humano. Além disso, esse tipo de investimento impõe o tipo de escolha que o trabalhador fará (entre trabalho e estudo), mediante o confronto entre custo e benefício. Nas palavras de Medeiros:

O “investimento” em “capital humano” refere-se à determinação de engajar-se num processo usualmente longo de melhoria dos atributos pessoais, arcando com custos diversos (inerentes ao “investimento” em si, ou “custos de oportunidade”, relacionados à inevitável redução da renda pessoal presente), para auferir uma maior renda futura (MEDEIROS, 2004, p.108).

Esse raciocínio – que relaciona a escolha do indivíduo entre trabalhar ou estudar de acordo com seu investimento em capital humano – seria válido em países com igualdade de oportunidades que permitiriam que as pessoas efetivamente optassem. Ainda assim, poderia existir um paradoxo como as situações nas quais exista uma incompatibilidade entre a formação requerida pelos postos de trabalho criados e a oferta de trabalho (RAMOS, s/d).

Ramos (2003) demonstra que, no caso de mudanças no padrão tecnológico, as possibilidades de reverter ou atenuar a tendência de desemprego, através de educação formal e formação profissional, são bem reduzidas. Isso ocorre porque nem sempre a formação profissional alcançada é coincidente com aquela requerida pelos postos de trabalho existentes.

A educação formal é considerada a principal fonte de acumulação de capital humano, podendo ser acrescida de outras variáveis: formação profissional, reciclagem, experiência no próprio emprego, saúde, ambiente familiar na primeira infância, etc.

Vale ressaltar que o capital humano classifica-se em geral e específico. O geral, normalmente obtido no sistema escolar, está relacionado às habilidades, qualificações e técnicas básicas para quase todas as atividades. Já o específico é obtido por meio do trabalho, treinamento, execução da tarefa, etc. Ele apresenta vários graus de especificidade e está ligado à determinada tarefa, profissão ou mesmo à determinada firma.

A possibilidade de acumular capital humano específico pode estar condicionada pelo estoque de capital humano geral previamente acumulado. Comumente, pessoas mais escolarizadas têm maiores facilidades em cursos e treinamentos específicos. Por conseguinte,

a baixa escolaridade acaba sendo mais um entrave à acumulação de capital humano específico (RAMOS, s/d, p. 9).

Do ponto de vista econômico, a TCH assegura que a educação contribui significativamente para elevar a produtividade do trabalho. Para esses estudiosos da TCH, o trabalhador receberia maiores rendimentos porque as maiores habilidades, bem como uma maior escolaridade, geram maior produtividade e as firmas remuneram os fatores segundo sua produtividade. Assim, educar-se significaria elevar sua produtividade. Isso traz implicações tanto da perspectiva do lado da oferta quanto da demanda. Do lado da oferta de trabalho, educação elevaria a produtividade do trabalhador. Sob a ótica da demanda, essa maior produtividade seria paga sob a forma de melhores empregos e salários.

Alguns críticos, como Salm (1999), admitem que exista associação entre treinamento no local de trabalho ou formação profissional e produtividade e salários. Contudo, não é possível assegurar que exista uma correspondência estrita entre maior escolaridade e maior produtividade do trabalho.

Quanto à famigerada “Teoria” do Capital Humano, nos seus primórdios, preocupou-se apenas com a adequação do treinamento e da formação profissional às demandas de mercado, o que, convenhamos, é apenas bom senso. Não pretendia, então, avaliar a educação básica a partir da lógica econômica. Isto foi uma deturpação posterior (SALM, 1999, p. 11).

Outra idéia resultante da teoria do capital humano é a presunção de que o aumento da educação é capaz de, por si só, produzir vagas para todos os trabalhadores qualificados (MEDEIROS, 2004).

Os teóricos do capital humano também atribuem o desemprego aos choques tecnológicos. Para a TCH, mudanças no paradigma tecnológico poderiam causar inadequação da mão de obra já empregada, devido aos novos requisitos de habilidades e conhecimentos. As novas tecnologias requereriam indivíduos com maior capital humano acumulado, principalmente o capital humano geral. Essa incompatibilidade, para eles, seria responsável por desemprego da força de trabalho.

Em síntese, para os teóricos da TCH, a desocupação seria fruto do subinvestimento dos trabalhadores em sua qualificação. Essa ideia está ligada à concepção neoclássica de que o problema do desemprego é um problema da oferta de mão de obra.

1.1.3 O desemprego como um problema de empregabilidade

Empregabilidade é um conceito utilizado tanto no Brasil como em outros países e se refere à capacidade de um indivíduo conseguir manter-se ocupado e/ou encontrar novas alternativas ao desemprego. Está ligado à qualificação, habilidades, virtudes pessoais, competências, disposição.

Nas palavras de Paiva (2001):

[...] Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar e preparar para o trabalho em si, mas para a vida na qual se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o autoemprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” da tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face às suas inúmeras consequências na vida social e pessoal (PAIVA, 2001, p. 56).

A empregabilidade é um fenômeno complexo, determinado por diversos fatores. O termo ocupa posição de destaque na agenda acadêmica e política, bem como no mundo empresarial. O fenômeno do desemprego crescente que atinge o mercado laboral é um dos responsáveis por trazer o tema à tona.

O atual problema do desemprego tem sido frequentemente definido como um problema de “empregabilidade”. O desempregado é acusado de não conseguir emprego por não possuir os requisitos para assumir as vagas disponíveis na economia (RAMOS, 2003a). Tal argumento implica que a culpa pelo problema do desemprego recaia sobre os próprios desempregados, que por não apresentarem um adequado preparo para assumir as vagas existentes (ou se manter nelas) teriam um problema de empregabilidade.

Como acontece na TCH, o problema reincide sobre os trabalhadores. Isso implica nas suposições neoclássicas de que a taxa de crescimento é suficiente e que os esforços, por acelerar o desenvolvimento, esbarram na falta de mão de obra empregável.

Destarte, a abordagem do desemprego como resultado da não empregabilidade e da desqualificação da mão de obra reproduz o modelo neoclássico, pois atribui o fenômeno da desocupação à curva de oferta (escassez de oferta de mão de obra qualificada).

1.1.4 A abordagem keynesiana

John Maynard Keynes desenvolve a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG), na qual nega a pressuposição neoclássica de pleno emprego automático. Para ele, o pleno emprego é como um caso particular, não a regra geral de equilíbrio. Baseada no princípio da demanda efetiva, a TG investiga os determinantes do nível de ocupação.

Keynes demonstra a incoerência da formulação neoclássica em explicar os determinantes do grau de utilização da capacidade produtiva. Nesse sentido, o autor apresenta a inexistência de forças endógenas que produzam e mantenham o pleno emprego. Para ele, o equilíbrio com pleno emprego não pode ser alcançado, sendo o nível normal de atividade econômica aquele onde prevalece a subutilização dos fatores de produção.

Em síntese, Keynes nega o sistema de mercado autoequilibrante proposto pelos neoclássicos e, a partir do Princípio da Demanda Efetiva (PDE), explica a determinação do nível de produção e emprego. Ele rejeita a teoria do emprego proposta pela economia neoclássica, aceitando o primeiro postulado e rejeitando o segundo.

Conforme o primeiro postulado, aceito por Keynes, “o salário é igual ao produto marginal do trabalho” (KEYNES, 1996, p. 46). Desse primeiro postulado é que deriva a curva de demanda por trabalho. Isso implica que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que essa pessoa perderia caso perdesse o emprego (KEYNES, 1996, p. 46). Segundo Keynes, a curva de demanda por trabalho é resultante da associação entre a hipótese de retornos marginais decrescentes e a igualdade entre salário real e produto marginal do trabalho (SICSÚ, 2007, p. 12).

Quanto ao segundo postulado, diz que “a utilidade do salário real quando um dado volume de trabalho é empregado é igual à desutilidade marginal do montante de emprego” (KEYNES, 1996, p. 46). Tal postulado foi rejeitado por Keynes por dois motivos. Primeiramente, trabalhadores não podem determinar seu salário real, simplesmente têm influência sobre o salário nominal. Em segundo lugar, trabalhadores não abandonam seus empregos quando há uma queda nos salários reais. Para Keynes, o comportamento dos trabalhadores não condiz com a curva de oferta neoclássica. Os trabalhadores irão manter seus empregos nos termos dos contratos fixados previamente. Mesmo diante de reduções em seu salário real, trabalhadores irão preferir estar empregados (SICSÚ, 2007).

A determinação do nível de empregos exige a construção de duas curvas, a saber: a oferta agregada e as estimativas de demanda agregada das firmas. A função oferta agregada constitui-se na soma das receitas mínimas que justificam o que os empresários desejam receber para cobrir os custos salariais e o custo de oportunidade². Em síntese, estabelece o quanto será produzido para diferentes níveis de rendimentos esperados. A demanda agregada, por sua vez, revela para cada nível de emprego as receitas que as firmas esperam obter pela venda da produção derivada do emprego desse volume de mão de obra.

O princípio da demanda efetiva enuncia que o nível de produção como um todo e o volume de emprego a ele associado são determinados pelo cruzamento das funções da oferta agregada e das estimativas de demanda agregada das firmas.

Possas (2003) faz duas observações em relação a isso: em primeiro lugar, ambas as curvas não são definidas convencionalmente em termos de valores unitários, mas sim de valor agregado no sentido de Keynes, em que tanto a receita esperada (curva de demanda) quanto o preço de oferta são calculados deduzindo-se o custo de uso. Ele afirma que, entre outras consequências, esse procedimento faz com que a curva de oferta, tanto individual como agregada, possa ser crescente com o nível de produção e emprego, sem que isso implique qualquer hipótese de rendimentos decrescentes; e, a segunda e mais importante observação é que a demanda é definida *ex-ante*, fazendo com que a sua interseção com a curva de oferta – que define o ponto de demanda efetiva – também seja *ex-ante*.

Nesse sentido, o conceito de equilíbrio – dado pela interseção das curvas de oferta e demanda – tem na obra de Keynes um sentido especial: de que o próprio conceito de demanda efetiva exposto na TG é, portanto, um conceito *ex-ante* (POSSAS, 2003).

Na TG, Keynes introduziu um novo conceito à teoria econômica: o Princípio da Demanda Efetiva (PDE). Possas (1987) expõe o PDE em sua forma mais simples e geral, explicitando sua vigência no âmbito teórico:

Portanto, tomando-se o conjunto de transações efetuadas numa economia mercantil durante um período de tempo arbitrário, o fluxo monetário total de receitas, idêntico ao de despesas, a elas correspondente terá sido determinado pelas decisões individuais de *gasto* dos agentes econômicos na aquisição de mercadorias (bens e serviços). (POSSAS, 1987, p. 51)

² Na verdade, demais custos, especialmente o custo de uso. Embora este último possa ser tomado como um custo de oportunidade é preciso ter claro que não se trata da acepção clássica de custo de oportunidade. Em lugar de usos alternativos (clássica), trata-se de outra disjuntiva: usar versus não usar.

Nessa formulação geral, Possas (1987) aponta, no plano geral, a decisão do gasto como fundamental. Isso é compatível com a formulação de Keynes, que afirma que é no cruzamento das curvas hipotéticas da demanda e oferta agregadas onde é decidida a produção capitalista. Tal decisão ocasiona uma série de gastos necessários à viabilização da produção, tais como os gastos com insumos, contratação de trabalhadores, etc. Destarte, o nível de emprego está correlacionado à decisão de produzir, bem como aos gastos decorrentes de tal decisão.

Com base no PDE, Keynes mostrou que não existem forças endógenas capazes de gerar e manter a plena ocupação dos fatores. Portanto, o equilíbrio com capacidade ociosa (abaixo do pleno emprego) é condição normal da economia capitalista. Em suas palavras:

A simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego (KEYNES, 1996, p. 64).

De acordo com os neoclássicos, somente era possível dois tipos de desemprego: voluntário e friccional. A existência de desemprego involuntário, para a teoria neoclássica, não se constituiria em uma situação de longo prazo em um contexto de preços e salários flexíveis. Caso os trabalhadores aceitassem redução em seus salários nominais, o emprego seria estimulado de forma a alcançar o equilíbrio com pleno emprego.

O PDE traz à tona o conceito do desemprego involuntário (negado pela teoria neoclássica), definindo-o da seguinte forma:

Haverá desemprego involuntário se, no caso de uma pequena alta nos preços dos bens de salário em relação ao salário nominal, não apenas a oferta agregada de mão de obra disposta a trabalhar pelo salário nominal vigente como a demanda agregada por ela por esse salário forem maiores que do que o volume de existente de emprego (KEYNES, 1996, p. 50).

Assim, de acordo com o pensamento keynesiano, uma vez que os salários não são responsáveis pelo nível de empregos, a rigidez salarial não pode ser responsabilizada pelo desemprego involuntário, tampouco garante a posição automática de equilíbrio com pleno emprego. Isso equivale a dizer, ainda, que a posição normal de uma economia capitalista é aquela onde prevalece o desemprego involuntário.

O PDE determina que o nível de emprego e renda da sociedade se dá por intermédio das decisões de gastos dos capitalistas. Essas decisões são tomadas a partir de avaliações

individuais com relação à quantidade que esperam vender a um dado preço de oferta. Os gastos dos capitalistas influenciam na renda da comunidade (BELLUZO; ALMEIDA, 1989).

De acordo com a teoria keynesiana, é incorreto supor que a existência de desemprego seja suficiente para as empresas expandirem ainda mais o seu produto. Keynes demonstrou a possibilidade de limites para a expansão lucrativa da produção abaixo do pleno emprego, ainda que a demanda estivesse sendo corretamente estimada.

Cabe ressaltar que Keynes não se opôs à ideia de que uma queda no salário real mantenha correlação com o aumento do nível de emprego. O que Keynes deixa transparecer é que a lógica estabelecida pelo pensamento ortodoxo com relação a este ponto está incorreta. O salário até pode afetar o nível de emprego, porém isso depende dos impactos que a variação salarial tenha sobre os componentes da demanda efetiva (SICSÚ, 2007).

A análise keynesiana defende que o nível de salários real não é definido no âmbito de negociações entre trabalhadores e empresários em um contexto de salários nominais flexíveis (condição para que a economia elimine automaticamente o desemprego, segundo a ortodoxia neoclássica), dado que os salários são função da demanda efetiva. Nas palavras de Keynes:

[...] não há, portanto, motivo para crer que uma política flexível de salários possa manter um estado permanente de pleno emprego, ao contrário, o efeito principal de semelhante política seria causar grande instabilidade de preços, talvez violenta o bastante para tornar fúteis os cálculos empresariais em uma economia funcionando como aquela em que vivemos (KEYNES, 1996, p. 254).

Assim, de acordo com o pensamento keynesiano, uma vez que os salários não são responsáveis pelo nível de empregos, a rigidez salarial não pode ser responsabilizada pelo desemprego involuntário, tampouco garante a posição automática de equilíbrio com pleno emprego. Isso equivale a dizer, ainda, que a posição normal de uma economia capitalista é aquela onde prevalece o desemprego involuntário. Destarte, fica evidente que Keynes recusa a curva de oferta neoclássica, rejeitando o segundo postulado, pois nada garante que a condição de equilíbrio com pleno emprego seja válida.

A breve exposição realizada sobre os determinantes do desemprego, a partir de diferentes teorias, objetivou trazer à tona subsídios para o debate relacionado aos causadores da desocupação juvenil.

1.2 Ocupação, desocupação e pobreza

O trabalho é essencial para explicar o rendimento domiciliar, sendo ele a parcela mais expressiva da renda das famílias. De acordo com Hoffmann (2007), cerca de 3/4 da renda domiciliar provêm do trabalho. Segundo seus estudos, tal parcela é ainda mais significativa para o segmento mais pobre da população, sendo de aproximadamente 80% a representatividade do trabalho na explicação da totalidade de seus rendimentos (HOFFMANN, 2007).

Além de a renda obtida por meio do trabalho ser a principal responsável pela subsistência familiar, o trabalho também se constitui um divisor de águas entre a condição juvenil e a vida adulta. Ressalte-se que não é esse o único sentido contido no trabalho:

Se para muitos jovens, especialmente das classes trabalhadoras, o trabalho continua a ser uma imposição ditada pela necessidade de contribuir para a subsistência familiar (na condição de filho, de marido ou de pai), há para outros a perspectiva de que o trabalho não se justifica por si, mas pelo que possibilita: oportunidades de aprendizado, acesso ao lazer e à cultura, e à autonomia econômica (CASTRO, 2008, p. 46).

Sendo assim, pode-se dizer que entre os pobres existe uma maior obrigação de participação na renda familiar. Consequentemente, auferir rendimentos através de sua inserção laboral torna-se uma opção imperiosa.

Diante do exposto, conseguir inserir-se no mundo laboral é de suma relevância, sendo o desemprego um dos problemas mais críticos enfrentados pelas famílias e revelando-se um drama, principalmente se, além do desemprego, a família também vive uma situação de pobreza.

A definição de pobreza tem sido amplamente discutida pela literatura em todo o mundo. O crescente número de pessoas que vivem em condição de pobreza coloca a questão no cerne de discussões acadêmicas e sociais, sendo também alvo de políticas governamentais e de ações internacionais.

A análise da pobreza enquanto subsistência considera simplesmente as questões da sobrevivência física. Tal ideia transcorre desde a lei dos pobres até a atual noção de pobreza absoluta (CODES, 2008), que, de acordo com Rocha (2006), refere-se ao não atendimento das necessidades consideradas como o mínimo vital.

Para definir a pobreza a partir da renda, Rocha (2006) utiliza o conceito de pobreza absoluta que, de acordo com a autora, pode ser dividido em duas situações: linha de indigência (ou de pobreza extrema), baseado no valor de cestas básicas alimentares; e linha de pobreza, que se refere a um conjunto mais abrangente de necessidades, considerando custos tais qual habitação e vestuário. Para a autora, pobres são aqueles com renda situando-se abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes de atender ao conjunto de necessidades mínimas naquela sociedade.

Destarte, torna-se necessário considerar a pobreza além das necessidades nutricionais básicas. As necessidades básicas estão condicionadas à estrutura social, sendo extensão do conceito de subsistência. Para a autora, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2006).

Considerando a definição de linhas de pobreza proposta por Sonia Rocha, a proporção de pobres no Brasil é elevada, alcançando mais de 1/3 da população brasileira no ano de 1995 e em 2001. No ano de 2007, pouco mais de 1/4 dos brasileiros está abaixo dessa linha de pobreza (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnads 1995, 2001 e 2007, exclusive norte rural)³.

A inserção dos pobres e não pobres na PEA não ocorre de forma homogênea. De acordo com O'Higgins (2001), a conexão entre pobreza e desemprego nos países em desenvolvimento não é tão direta como ocorre nos países mais industrializados. As pessoas extremamente pobres não podem simplesmente se permitir ficar sem trabalho. Por conta disso é que vão se virando como podem entre uma e outra forma de ocupação precária ou trabalho autônomo.

Considerando a população brasileira em idade ativa durante os anos de 1995, 2001 e 2007, o que se pode observar é uma taxa de participação⁴ mais elevada para os não pobres comparativamente aos pobres, apesar da maior fragilidade econômica dos pobres. Possivelmente a elevada dificuldade em encontrar um trabalho leve muitos pobres a abandonar a PEA, engrossando a População em Idade Ativa (PIA). Outra possibilidade para

³ Durante o ano de 1995, 33,22% da população brasileira pode ser considerada pobre, de acordo com os critérios das linhas de pobreza de Sonia Rocha. No ano de 2001, esse percentual foi de 35,07%. Para o ano de 2007, o percentual de pobres foi de 25,10%.

⁴ A taxa de participação corresponde à razão entre PEA e PIA.

explicar essa menor taxa de atividade dos pobres seria atribuída às mulheres, sobretudo aquelas que possuem filhos e têm dificuldades em deixá-los em creches⁵.

Além disso, também é interessante ressaltar que, enquanto a taxa de participação praticamente não se alterou entre os pobres (38,22%, 37,76% e 38,04% para os anos de 1995, 2001 e 2007, respectivamente), entre os não pobres se revela uma tendência de elevação na taxa de participação ao longo desses anos⁶ (PNADs 1995, 2001 e 2007)⁷. Quanto à desocupação observada ao longo desses anos, é importante frisar que entre os pobres vigora uma taxa de desocupação muito mais elevada.

Durante os anos 1995 e 2001, as taxas de desocupação global enfrentadas pelos pobres corresponderam a 11,84% e 18,71%, respectivamente. Isso equivale a aproximadamente o triplo das taxas de desocupação verificadas entre os não pobres no mesmo período, que foram 4,16% e 6,09%, respectivamente (Pnads 1995 e 2001). Uma das causas constantemente enfatizada para esse indicador dos pobres apresentar uma taxa mais elevada que dos não pobres é a baixa escolaridade e pouca qualificação do segmento populacional pobre. Vale frisar que os não pobres geralmente contam com um maior suporte familiar, o que lhes permite adiar sua busca por emprego e consequente pressão sobre as taxas de desocupação.

No ano de 2007, quando a desocupação chega a atingir praticamente 1/4 dos pobres⁸, aquela proporção se agravou, equivalendo a três vezes e meia a taxa de desocupação enfrentada pelos não pobres no mesmo período, que foi 5,67% (Pnad, 2007).

Além disso, os jovens geralmente apresentam taxas de desocupação superiores às aquelas enfrentadas pelos adultos em decorrência da baixa experiência juvenil no mercado laboral. Somada a isso, a própria fase de vida em que se encontram pode influenciar nessa taxa (RIBEIRO; NEDER, 2008).

Vale ponderar que são os jovens⁹ os mais severamente penalizados pela desocupação e que entre os jovens pobres tais indicadores são mais arrasadores.

As taxas de participação e desocupação juvenis observadas entre os jovens pobres são superiores às dos não pobres. Conforme observado no mercado de trabalho como um todo, também entre os jovens pobres a participação é menor que entre os não pobres.

⁵ Essas possíveis explicações não foram testadas neste trabalho.

⁶ As taxas de participação reveladas entre os não pobres foram 53,29%, 54,73% e 56,82% para os anos de 1995, 2001 e 2007 respectivamente (excluído o norte rural).

⁸ De acordo com a Pnad 2007, a taxa de desocupação entre os pobres é 19,46%, excluído o norte rural.

⁹ Jovens na faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

As taxas de participação verificadas entre jovens não pobres se mantiveram (cresceram dois pontos percentuais) ao longo do período considerado, a saber, anos de 1995, 2001 e 2007 (71,77%, 70,96% e 73,78%), de acordo com os dados da PNAD. Enquanto isso, entre os jovens pobres, as taxas de participação sofreram queda de aproximadamente quatro pontos percentuais (61,51%, 58,63% e 57,56% para os anos de 1995, 2001 e 2007, correspondentemente). É possível que essa queda na participação juvenil pobre se deva à elevação em mais de cinco pontos percentuais na proporção daqueles que se dedicam exclusivamente ao estudo (13,22%, 18,16% e 18,85% para os anos de 1995, 2001 e 2007, respectivamente).

Na contramão da queda na participação dos jovens pobres, suas taxas de desocupação saltaram onze pontos percentuais no mesmo período, chegando a atingir mais de 1/4 da PEA juvenil em 2007 – 16,77%, 26,08% e 28,01% foram suas taxas de participação nos anos 1995, 2001 e 2007 – (Pnad).

Essa exagerada elevação na desocupação entre os jovens pobres no período mencionado está relacionada a uma série de fatores, como por exemplo, a menor experiência laboral, dentre outros. O capítulo três deste trabalho irá testar possíveis explicações para o fenômeno.

Essas taxas de desocupação enfrentadas pelos jovens pobres são, em média¹⁰, 2,4 vezes superiores às aquelas verificadas entre os jovens não pobres no período estudado, revelando que os jovens pobres têm maiores dificuldades em conseguir emprego.

Na seção seguinte, serão apresentados alguns dos principais argumentos quanto aos determinantes da desocupação entre os jovens.

1.3 Determinantes da desocupação juvenil

A crescente elevação das taxas de desemprego juvenil observadas atualmente suscitou entre os pesquisadores um caloroso debate sobre seus determinantes. Contudo, não se alcançou um consenso.

Alguns estudiosos, vinculados ao paradigma neoclássico, destacam o lado da oferta de mão de obra argumentando, dentre outras coisas, que o desemprego é um problema de escassez de oferta ou de qualificação da mão de obra.

¹⁰ Média das diferenças das taxas de desocupação verificadas entre os jovens pobres e não pobres durante os anos estudados (1995, 2001 e 2007).

Contrariamente, outros pesquisadores – notadamente vinculados à matriz teórica keynesiana – preferem ressaltar o lado da demanda, mostrando que não existem vagas suficientes de emprego para todos os trabalhadores que desejem ofertar sua mão de obra ao preço vigente.

Nesta seção, serão expostos tanto os argumentos do lado da oferta quanto do lado da demanda por mão de obra.

1.3.1 Considerando o lado da oferta de mão de obra

Considerando o lado da oferta, são apontadas várias razões para a problemática do desemprego juvenil. De acordo com Weller (2007), um dos responsáveis pelo desemprego dos jovens é o pequeno acúmulo de experiência, informações e conhecimentos do recém-ingressado no mercado de trabalho. A pouca ou nenhuma experiência profissional juvenil elevaria os custos de treinamento associados à contratação do jovem. Dessa forma, os empregadores seriam mais inclinados a contratar trabalhadores mais experientes.

Além do mais, a demissão dos trabalhadores jovens também teria um custo menor, comparativamente à demissão de trabalhadores adultos. Isso seria atribuído tanto ao menor valor das indenizações e ao fato de esses trabalhadores serem considerados menos “essenciais”, como também por ser a demissão dos trabalhadores mais experientes ainda mais traumática em termos de relações internas (CASTRO, 2008).

No mesmo caminho, a busca pelo primeiro emprego também teria um forte peso sobre as taxas de desocupação. Os muitos jovens nessa situação não têm experiência alguma, encontrando maiores dificuldades de inserção laboral. Por conta dessa inexperiência, as taxas de desemprego juvenil seriam forçadas para cima.

Para outros pesquisadores (CASTRO, 2008; O’HIGGINS, 2001; MEDINA, 2001), o problema do desemprego juvenil não seria exclusivamente a dificuldade em conseguir o primeiro emprego, mas a excessiva rotatividade da mão de obra juvenil. Ou seja, para alguns estudiosos, os jovens apresentariam uma maior probabilidade para abandonar voluntariamente o emprego que os adultos, como estratégia para conseguir acumular experiência e conhecimento, pressionando as taxas de desocupação.

É imperativo ponderar que as primeiras experiências laborais juvenis são em postos de baixa qualidade, então eles tendem a comparar tais postos de trabalho até encontrar uma ocupação adequada (O'HIGGINS, 2001).

O autor avalia que os jovens tendem a ter menos qualificações e salários mais baixos comparativamente aos trabalhadores adultos. O'Higgins (2001) acrescenta, ainda, que é menos provável que os jovens precisem do emprego para sustentar uma família. Isto posto, para os jovens, o custo de oportunidade em abandonar o emprego seria menor que para os adultos.

Contudo, é necessário ter cautela ao considerar essa visão que coloca a rotatividade como causa para o desemprego juvenil. Os jovens não têm uma maior rotatividade devido à sua indefinição profissional. Isso é, na realidade, uma consequência de sua inserção precária. Também cabe ponderar que a mão de obra juvenil é frequentemente utilizada como mecanismo de ajuste sazonal por meio dos contratos temporários (CASTRO, 2008).

Ainda em relação ao lado da oferta da força de trabalho, o tamanho da coorte juvenil na PEA é apontado como causador de desemprego para esse segmento populacional (MEDINA, 2001; O'HIGGINS, 2001). Quanto maior o número de jovens no mercado de trabalho tanto maior o número de postos de trabalho necessários para ocupar esses jovens.

Igualmente aparece como gerador de desemprego juvenil ligado ao lado da oferta de trabalho a rigidez de ordem institucional no mercado laboral: salários pagos aos jovens, alto grau de regulamentação do mercado de trabalho, proteção ao desempregado (MEDINA, 2001; O'HIGGINS, 2001). Com a justificativa de combater o desemprego, a flexibilização dessas "rigidezes" é frequentemente usada para piorar a situação do trabalhador.

De acordo com essa visão, os custos laborais dos jovens seriam demasiadamente elevados se comparados à sua produtividade. O salário mínimo estabeleceria um patamar de remuneração não condizente com a produção juvenil, especialmente comparativamente aos adultos. E isso dificultaria o equilíbrio no mercado laboral.

Quanto ao sistema de proteção ao desempregado, também é acusado de ser gerador de desemprego, por proporcionar renda aos desempregados. De acordo com a visão do lado da oferta, os desempregados prefeririam continuar nessa condição para fazer jus ao seguro-desemprego.

Continuando no âmbito dos fatores responsáveis pelo desemprego juvenil relacionados ao lado da oferta, são apontadas a falta de qualificação, assim como a baixa escolaridade.

Somados à baixa escolaridade e qualificação, Cacciamali (2005) apresenta outros elementos que agravam o desemprego juvenil, como a diminuição da renda das famílias, a insuficiência do sistema escolar em reter o jovem (principalmente no caso dos grupos de menor renda per capita), a discriminação no mercado de trabalho contra os jovens, em especial contra os negros, pobres, mulheres – ou combinação de tais características.

Além disso, cabe considerar o problema da assimetria de informações no mercado de trabalho, que pode acentuar o problema do desemprego. Muitas vezes os desocupados não dispõem de informações sobre as vagas existentes e os empregadores, por sua vez, desconhecem os trabalhadores disponíveis (CACCIAMALI, 2005).

Vale ressaltar que essa visão que atribui o desemprego juvenil aos fatores do lado da oferta de trabalho, responsabilizando os desocupados por sua condição, reproduz o que foi dito nas sessões sobre o paradigma neoclássico, capital humano e empregabilidade.

Ao final do terceiro capítulo, serão testadas algumas causas para o desemprego juvenil.

1.3.2 A desocupação sob a ótica da demanda por mão de obra

Analisando as considerações dos autores que privilegiam as causas do alto desemprego juvenil a partir da ótica da demanda da força de trabalho, destacam-se: a elevada taxa de desemprego total, o desempenho macroeconômico, a maior sensibilidade juvenil às oscilações econômicas.

Tais argumentos – que enfocam as causas do desemprego juvenil a partir da ótica da demanda por mão de obra – estão vinculados, em alguma medida, ao paradigma keynesiano¹¹.

É nítida a maior sensibilidade dos jovens às oscilações econômicas. Como os jovens têm pouca experiência e poucos anos de estudo, são os primeiros a serem demitidos em épocas de crise e últimos contratados na retomada do crescimento. De acordo com Medina (2001):

¹¹ Ver seção 1.1.4.

Este movimiento relacionado entre la actividad y el desempleo se vuelve perverso para el caso del desempleo juvenil, pues se ha observado que, ante recesiones, son los jóvenes quienes aumentan más que proporcionalmente su problema de empleo. La fuerza de trabajo más joven es la primera en ser despedida, seguramente a causa de que los costos de hacerlo son menores, protección legal y nivel de sindicalización menor (MEDINA, 2001, p. 102).

Pode-se acrescentar, ainda, que o capital humano incorporado pelos empregadores – por meio de capacitação e treinamento no trabalho – também é menor no caso dos jovens, o que também torna menos custosa a sua dispensa, comparativamente à dos trabalhadores adultos (MEDINA, 2001; O’HIGGINS, 2001).

No mais, é necessário ponderar que nas recessões a demanda laboral se retrai, não oferecendo ocupação para a nova força de trabalho. Antes de começarem as demissões, cessam as novas contratações, aumentando o número de pessoas que buscam emprego, o que tende a afetar mais pesadamente os jovens, em especial aqueles em busca de seu primeiro emprego (MEDINA, 2001; O’HIGGINS, 2001).

Convém ressaltar, ainda, que a taxa de desemprego global bem como o contexto macroeconômico exercem substancial influência sobre a participação dos jovens na força de trabalho. Em um ambiente de emprego precário e insegurança no mercado laboral e na vida social, é esperado que a taxa de participação dos jovens se eleve, em detrimento do imperativo de suprir suas próprias necessidades ou de sua família.

Resumidamente, deve-se salientar que argumentos do lado da demanda bem como do lado da oferta de mão de obra exercem influência sobre a determinação das causas do desemprego juvenil. No terceiro capítulo deste trabalho, tais argumentos serão testados, na tentativa de verificar porque os jovens são mais sensíveis às oscilações macroeconômicas, sendo mais penalizados pelo desemprego comparativamente aos adultos.

CAPÍTULO 2

JUVENTUDE, POBREZA E TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Neste capítulo, nosso principal foco são os jovens (de 15 a 29 anos) que compõem a PEA da Região Metropolitana do Recife (RMR), e que vivem um dos principais eventos da transição para a vida adulta: a perspectiva profissional. Vale ressaltar que esses jovens não compõem, de forma alguma, um conjunto homogêneo. Esta característica colabora com os propósitos desta pesquisa, uma vez que – com a heterogeneidade – podemos capturar peculiaridades de cada grupo no contexto do mercado laboral. Para isso, optamos por estudar a juventude da RMR de forma segmentada, conforme as linhas de pobreza, sexo, faixas etárias.

Primeiramente, os jovens da RMR foram classificados em pobres e não pobres, segundo as linhas de pobreza estabelecidas pela economista e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sonia Rocha (SR), que são pautadas no consumo observado das famílias¹². Convém lembrar que esse recorte (jovens pobres versus jovens não pobres) tem suas limitações, pois as linhas de pobreza SR estão ligadas à noção de pobreza absoluta.

Também é importante advertir que existe enorme diversidade dentro de cada uma daquelas categorias de condição econômica. Além disso, o estudo deixa de fora, intencionalmente, toda discussão a respeito do tratamento da pobreza como uma questão multidimensional e complexa relacionada a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em quais fatores estão interligados. A escolha pela noção de pobreza absoluta se deve às facilidades em obter um indicador – linha de pobreza – e também por nos permitir identificar, entre os jovens, o grupo com maiores dificuldades de alcance de ocupação.

Estudamos a inserção ocupacional e a desocupação dos jovens na RMR buscando compreender o funcionamento da economia metropolitana do Recife e o ajuste da mão de obra juvenil no mercado de trabalho. Para alcançar esse objetivo, o capítulo está dividido em quatro seções, sendo que a primeira faz uma apresentação do panorama econômico da RMR no período recente, sobretudo após o Plano Real. Na segunda seção é feita uma apresentação da juventude da RMR, e a seguinte tem por objeto de estudo a ocupação juvenil. Por fim, a

¹² Ver Capítulo 1, seção 1.2.

última seção examina os jovens inseridos na PEA na condição de desocupados, deparando-se com graves dificuldades na inserção ocupacional.

2.1 Panorama econômico da RMR no período recente

Formada pela capital pernambucana – Recife, mais 14 municípios e detentora de cerca de 3% da área do Estado, a RMR reúne mais de 3,6 milhões de habitantes – o que simboliza 43% da população de Pernambuco, de acordo com dados do IBGE, em 2006, e a torna a maior aglomeração urbana do Nordeste e a quinta do Brasil.

Assim como outras grandes aglomerações urbanas, a RMR padece de graves problemas e desigualdades sociais comuns a todas as metrópoles brasileiras. Podem-se citar, a título de exemplo, os profundos déficits de escolaridade tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental. No ano de 2006, Recife ficou na 22^a colocação comparativamente às outras capitais brasileiras em termos de atraso escolar, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC (*apud* OBSERVATÓRIO DO RECIFE, 2009).

Para mensurar esse atraso escolar, recorreu-se à medida distorção idade/série¹³, utilizando o critério do Inep, a saber, dois ou mais anos além da idade ideal para a série considerada. A distorção idade/série está ligada ao atraso no ingresso ao sistema escolar, a reprovações ou abandonos anteriores. Isto posto, verifica-se que a taxa de distorção idade/série em Recife é de 35,15% para o ensino fundamental e 59,84% para o ensino médio, no ano de 2007, conforme dados do Inep/MEC.

De acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem (2008), a economia da RMR concentra-se na indústria e serviços pernambucanos, exercendo um papel de destaque tanto na economia do Estado como da região Nordeste. Carro-chefe na geração de empregos, o setor serviços representa 61% dos empregos formais no ano de 1995, elevando-se para 64% nos anos de 2001 e 2007, segundo a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – Rais/MTE. É possível atribuir esse aumento da participação do setor serviços no emprego formal da RMR a

¹³ A taxa de distorção idade/série é o total de casos de distorção dividido pelo total de matrículas.

uma tendência nacional e mundial: a terceirização das atividades. Ou seja, as atividades desenvolvidas no interior de firmas industriais foram repassadas para empresas vinculadas ao setor de serviço.

Outro setor de atividade fundamental para a geração de empregos na RMR é o comércio, que elevou sua participação nos empregos formais durante o período estudado. Em 1995, o setor foi responsável por 13% dos empregos formais elevando-se, em 2001, para 15% o percentual de empregados, chegando a 17%, em 2007, a parcela de trabalhadores formalmente ocupados no comércio (RAIS/MTE). Esse crescimento reflete o grande peso do comércio, responsável por geração de empregos inclusive para os trabalhadores com baixa escolaridade e pouca experiência.

Já o setor construção civil ocupou 5% dos trabalhadores formais em 1995, 6% em 2001 e 5% em 2007 (RAIS/MTE). Essa estabilidade no total de empregos pode estar relacionada ao baixo desempenho desse setor no período.

Por sua vez, a agropecuária tem uma baixa participação no total de empregos formais da RMR em 1995 (3,6%). Nos anos 2001 e 2007, essa representatividade se reduziu para 1% e 0,9%, respectivamente (RAIS/MTE). A agropecuária não é uma atividade econômica relevante na RMR, porém sua maior participação em outras regiões como a do Sertão do São Francisco (CONDEPE/FIDEM) é elevada.

Acompanhando a tendência nacional, e encabeçada pela economia metropolitana, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em Pernambuco, é equivalente a 4,5% em 1995 (para o Brasil, a taxa foi de 4,42% no mesmo ano), primeiro ano após a implantação do Plano Real (IBGE/IPEADATA).

Em 2001, a taxa de crescimento do PIB pernambucano apresentou um tímido crescimento de 1,81%. Na RMR, o resultado foi inferior, somente 0,4%. Semelhantemente, no Brasil também a taxa de crescimento do PIB foi inexpressiva com apenas 1,31% (IBGE/IPEADATA).

No ano de 2007 foi quando se registrou a maior taxa de crescimento do PIB nos últimos vinte anos, conforme dados do Condepe/Fidem em 2009, que foi 5,8%, similarmente ao crescimento brasileiro de 5,68% (IBGE/IPEADATA).

Cabe mencionar que os órgãos oficiais – Condepe/Fidem, em nível estadual, e IBGE nacional – não dispõem de dados sobre o PIB municipal, tampouco metropolitano para os anos de 1995 e 2007. Diante disso, apresentamos os dados do PIB estadual de Pernambuco,

sendo usados como uma *proxy* para a taxa de crescimento do PIB metropolitano desses anos, que representa 65% do PIB estadual entre os anos de 2002 e 2006 (CONDEPE/FIDEM, 2009).

Quanto aos indicadores do mercado de trabalho da RMR, observam-se taxas de participação¹⁴ e de desocupação crescentes nos anos estudados, ao passo que as taxas de ocupação são decrescentes no período considerado (TAB.1).

Tabela 1 – Taxas de participação, desocupação e ocupação – RMR
(em %)

	Participação	Desocupação	Ocupação
1995	52,8	9,63	90,37
2001	54,0	14,28	85,72
2007	56,1	17,88	82,12

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

No ano de 1995, a taxa de participação foi 53%, enquanto a taxa de desocupação foi 10% e a taxa de ocupação 90%. No ano de 2001, a taxa de participação elevou-se para 54% e a taxa de desocupação para 14%, enquanto a taxa de ocupação reduziu-se para 86%. Já no ano de 2007, observam-se taxas de participação (56%) e desocupação (18%) superiores às aquelas verificadas anteriormente (IBGE/PNAD). O ano de 2001 apresentou um desempenho econômico inferior ao ano de 1995, enquanto que as taxas de participação e desocupação daquele foram superiores às desse.

Uma possibilidade para explicar o fenômeno é que, não obstante o ano de 2001 tenha apresentado um resultado medíocre, as altas taxas de participação podem estar refletindo o elevado crescimento do PIB no ano anterior (em 2000, o PIB pernambucano cresceu 5,04% em 2000, o PIB metropolitano elevou-se 4,5% e o PIB nacional elevou-se 4,31%, de acordo com dados do IBGE). Em geral, em períodos de crescimento econômico, indivíduos que estão inativos são estimulados a engrossar os números da PEA.

Na contramão do País, no ano de 2007, a RMR experimentou taxas de desocupação ainda mais elevadas que as de 2001, enquanto em todo o Brasil a tendência é de queda das taxas de desemprego nesse período. Uma possível explicação para elevação desse indicador é

¹⁴ A taxa de participação é considerada uma *proxy* da oferta de trabalho.

a atração que o período de crescimento econômico exerce sobre os inativos. Além disso, a RMR reúne uma grande quantidade de pessoas pobres que se caracterizam por uma inatividade mais elevada, sobretudo entre as mulheres. O crescimento da taxa de participação reforça esse argumento.

Tais alterações nos indicadores são indícios de mudanças pelas quais vem passando o mercado de trabalho recifense nos últimos anos. A maior presença feminina ingressando no mercado de trabalho – uma realidade não somente na RMR, mas no Brasil e em todo o mundo – pode contribuir na explicação da elevação nas taxas de participação nos últimos anos.

Paralelamente à redução nas taxas de ocupação metropolitana, chamamos atenção para a elevação do número de postos de trabalho formais no período. Em 1995, a RMR contava com 575.048 postos. Em 2001, o quantitativo de trabalhadores formalmente ocupados elevou-se para 610.533, o que simboliza um aumento de 6% em relação a 1995. Em 2007, o número de postos de trabalho formais já somava 802.521, ou seja, um crescimento de 39% em relação ao período de 1995 (MTE/RAIS). Noutras palavras, o emprego se ampliou no período, mas não foi suficiente para absorver os componentes da PEA.

Igualmente, verificou-se evolução no percentual de pessoas ocupadas em postos de trabalhos protegidos ou formais (assalariados com carteira assinada, funcionários públicos estatutários e militares), comparativamente ao percentual de pessoas na informalidade durante o período estudado, tomando por base os microdados da Pnad.

O percentual de trabalhadores formalmente ocupados, que foi de 43% em 1995, sofre uma pequena variação, elevando-se para 44% em 2001 e vai seguindo uma trajetória de crescimento até alcançar praticamente a metade dos ocupados (49%) da RMR em 2007 (PNAD/IBGE). Cumpre ressaltar que esse aumento na formalização não foi um fenômeno estritamente metropolitano, tratando-se de um movimento geral que reflete o crescimento econômico do período recente no Brasil (CASTRO, 2008).

Conforme argumento keynesiano exposto no primeiro capítulo deste trabalho¹⁵, o crescimento econômico é importante para a geração de empregos. O da metrópole recifense gerou empregos, mas insuficientes para absorver os componentes da PEA. Cabe alertar que existe a possibilidade do crescimento econômico ser associado a uma baixa geração de emprego. Conforme aponta Passos *et al* (2005), há um claro descolamento entre a variação do produto e do emprego durante os anos de 1990, mantendo-se tal tendência até o ano de 2000,

¹⁵ Ver seção 1.4.

com o aumento do produto relativamente dissociado da variação no emprego (PASSOS *et al*, 2005: p. 45 e 46). Esse descolamento entre o crescimento do produto e do emprego talvez possa ser atribuído, em alguma medida, ao regime macroeconômico. O crescimento sem emprego nesse período foi atribuído, nas palavras de Salm:

[...] a sobrevalorização cambial que potencializou os efeitos disruptivos da liberalização comercial sobre o emprego: crescimento explosivo das importações, reorganização defensiva das empresas (“enxugamentos”) seguido de renovação acelerada de equipamentos, estimulada pelos baixos preços de importação. Em consequência da turbulência provocada por estes fatores, os cálculos da elasticidade emprego-produto para aquele período mostravam valores muito reduzidos para o emprego assalariado (SALM, 2004; p. 2).

Todavia, após o ano de 2000, Passos *et al* acrescentam, ainda, que:

[...] o cenário do mercado de trabalho, desconsideradas as hipóteses mais pessimistas, pode se tornar bastante positivo, caso se confirme a entrada do País em um ciclo de desenvolvimento econômico com bases mais sólidas do que os curtos ciclos de crescimento experimentados nas últimas duas décadas (PASSOS *et al*, 2006: p.55).

A partir dos anos 2000, com a adoção do regime de câmbio flutuante, o pessimismo das elasticidades emprego-produto cede lugar ao otimismo, devido à pródiga elevação do emprego formal ter sido superior a elevação do produto naquele período. Os papéis são invertidos, com o emprego formal liderando a geração de novos postos de trabalho. Isso ilustra a importância do regime macroeconômico, dado que diante de regimes bem distintos induzem respostas diferenciadas no mercado de trabalho (RAMOS, 2003b; p.14).

A RMR é a metrópole com maior proporção de pobres no Brasil. Em 1995, a parcela de pobres na RMR chegava a 57% da população, elevando-se para 58% em 2001. No ano de 2007, houve uma redução na parcela de pobres na RMR, que caiu para 52% (PNAD/IBGE; IETS). Essa proporção está mais elevada que a de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, onde a parcela de pobres equivale a 29% da população da RMSP e 27% da população da RMRJ em 2007 (IETS). Esses números sinalizam uma maior gravidade da situação social na RMR, comparativamente às outras regiões metropolitanas.

É possível que a elevação no quantitativo de postos de trabalho tenha contribuído na redução da pobreza. Embora a RMR tenha apresentado taxas de desocupação mais elevadas em 2007, comparativamente às taxas verificadas nos anos de 1995 e 2001, houve um aumento na quantidade de postos de trabalho formais, de acordo com os dados da Rais e da Pnad para o

ano de 2007. Além disso, a redução da pobreza é favoravelmente afetada pelas políticas públicas de aposentadorias e pensões, bem como pelos novos mecanismos de transferência de renda focalizados nos mais pobres (ROCHA, 2006a: p.1).

A redução da pobreza também é atribuída a outros fatores, como por exemplo: a redução da desigualdade de rendimentos, o comportamento favorável do preço dos alimentos, a expansão dos benefícios assistenciais, a política de valorização do salário mínimo, o aumento da cobertura e do valor dos benefícios dos programas de transferência de renda (ROCHA, 2006a: p.15-17).

Diante desse ambiente de elevado desemprego e altas proporções de pobres na RMR, lembramos que a forma desejável dos indivíduos obterem a renda necessária para evitar a pobreza seja a inserção no mercado de trabalho. Entretanto, vale alertar que:

Dadas as características do mercado de trabalho brasileiro, mesmo trabalhadores em tempo integral em atividades formais recebendo salário mínimo podem ser pobres, em função da composição de sua família e do baixo valor desse salário (ROCHA, 2006: p.185).

A taxa de ocupação entre os pobres, que equivalia em 1995 a 86%, reduziu-se para 78% em 2001 e 70% em 2007, conforme dados da Pnad para esses anos. É importante para as pessoas que estão na PEA conseguirem uma ocupação, mas as ocupações de baixa remuneração não asseguram saída da pobreza absoluta. O desafio, portanto, é gerar possibilidades de inserção no mercado de trabalho que conduzam a rendimentos adequados para os pobres. No caso da juventude, uma inserção adequada é fundamental para que se possa romper com a trajetória intergeracional de pobreza. As autoridades governamentais têm o desafio de gerar bons empregos e também de criar as condições necessárias para que os jovens pobres possam disputar esses empregos.

Nesse cenário de pobreza, e onde se constata elevadas taxas de desocupação, o jovem da RMR se insere no mercado de trabalho. Vale ressaltar que as dificuldades de inserção não são idênticas para todos os jovens, conforme será explicitado nas subseções seguintes.

2.2 A juventude da Região Metropolitana do Recife

A juventude (15 a 29 anos de idade) da RMR representa, em 1995, 29% da sua população. No ano de 2001, esse percentual se manteve em 29%, reduzindo-se para 27% no ano de 2007 (PNAD/IBGE). Uma possível justificativa para essa redução na participação dos jovens no total da população é atribuída a mudanças na pirâmide demográfica, pois a parcela de adultos, que representava 34% do total da população da RMR em 1995, elevou-se para 38% em 2001 e 42% em 2009 (PNAD/IBGE).

Esses jovens compõem uma parcela significativa da PEA da RMR. No ano de 1995, 40,5% da PEA metropolitana recifense é composta por jovens. Essa proporção reduziu-se para 38,3% em 2001 e 36,51% em 2007 (PNAD/IBGE). É importante advertir que a fatia juvenil da PEA se reduziu, mas que a PEA jovem, em números absolutos, cresceu no período estudado.

Observa-se dos dados da Pnad/IBGE de 2007 que 54% dos jovens da RMR são pobres e 46% não pobres. Também se verifica que 48% dos jovens da RMR são do sexo masculino enquanto 52%, feminino. Além disso, no conjunto de jovens do sexo masculino, 52% são pobres e 48% não pobres. Quanto às mulheres jovens, 55% são pobres e 45% não pobres. Juntos, esses jovens somam 27% da população em idade ativa da RMR no ano de 2007.

A PEA juvenil compõe 37% da força de trabalho total da RMR em 2007. Os homens correspondem a 55% da PEA juvenil ao passo que as mulheres, 45%. Ressaltamos que 52% da PEA juvenil da RMR é pobre, enquanto 48%, não pobre (PNAD/IBGE, 2007). Em outros termos, a proporção de jovens pobres segue elevada até mesmo entre aqueles inseridos no mercado de trabalho.

As taxas de participação juvenil apresentaram uma trajetória crescente na RMR desde 1995 até o presente. Em 1995, a taxa de participação juvenil da RMR foi 57%, já em 2001, 59%. No ano de 2007, a taxa de participação juvenil eleva-se para 64%, de acordo com os dados da Pnad/IBGE. Esse crescimento parece ser um reflexo da maior oferta de postos de trabalho no período considerado, que atraiu para o mercado as pessoas antes inativas. Além disso, as elevadas taxas de desocupação forçaram outros membros a auxiliar o chefe do domicílio na obtenção de renda para sustentar a família.

O segmento juvenil que mais ampliou sua participação foi o dos jovens de 18 a 24 anos, de acordo com os dados da Pnad. Isso se deve ao fato de que 18 anos é o limite natural a partir do qual o trabalho passa a ser mais importante que outras atividades como, por exemplo, os estudos (ROCHA, 2004).

Salientamos que as taxas de participação são distintas para jovens pobres e não pobres e entre os sexos, conforme será detalhado na seção 2.3. Além do mais, embora seja esperada uma maior participação entre os pobres, ocorre justamente o inverso: observam-se entre os jovens não pobres taxas de participação mais elevadas que entre os pobres durante o período de 1995 a 2007, apesar da maior fragilidade econômica da juventude pobre. É possível que a elevada dificuldade em encontrar um trabalho leve muitos pobres a abandonar a PEA, segundo Rocha (2004). Além disso, outra possibilidade é atribuída às maiores dificuldades de busca de trabalho para as mulheres pobres que possuem filhos, na medida em que elas não contam com aparatos sociais importantes como, por exemplo, a existência de creches.

Verificando as taxas de desocupação juvenil na RMR para os anos de 1995, 2001 e 2007, constata-se uma contínua elevação nos indicadores. Esse crescimento dos indicadores de desemprego juvenil pode refletir os impactos do maior dinamismo econômico do período que estimulou um aumento na quantidade de jovens em busca de emprego. Afinal de contas, a proporção dos jovens que está em busca de sua primeira ocupação elevou-se de 3% do total em 1995 para 6% em 2001, alcançando 9% em 2007 a parcela do total de jovens que está em busca de seu primeiro emprego. Ou seja, durante o período estudado, do conjunto de jovens da RMR, o percentual daqueles que buscam sua primeira ocupação triplicou nos anos estudados. Além disso, tomando o conjunto dos jovens desocupados da RMR, a parcela dos que buscam sua primeira ocupação saltou de 32% em 1995 para 44% em 2001 e 46% em 2007. Diante disso, embora a desocupação juvenil tenha crescido bastante entre 2001 e 2007, a busca pelo primeiro emprego não é suficiente para justificar o crescimento da desocupação juvenil.

Em 1995, a desocupação na RMR alcançou 16% da população juvenil economicamente ativa, o que simbolizou praticamente o triplo da taxa de desocupação dos adultos (30 a 64 anos) daquela região (5,4%). Nos anos de 2001 e 2007, persiste o hiato entre as taxas de desocupação juvenil frente às dos adultos, sendo respectivamente 22,45% e 29,64% as taxas de desocupação juvenil naqueles anos, enquanto para os adultos as taxas foram 9,20% e 11,28% para os mesmos anos (e simbolizando uma redução na razão entre as taxas de desocupação juvenil versus adulto para 2,4% em 2001 e 2,6% em 2007).

Vale lembrar que em todo o mundo são constatadas diferenças entre as taxas de desocupação de jovens e de adultos, sendo que, em geral, o indicador dos jovens é duas vezes maior que o indicador dos adultos (CACCIAMALI, 2005).

Nas palavras de Castro:

Sobre o problema do desemprego, sabe-se que, universalmente, ele tende a ser mais acentuado entre os jovens que entram no mercado de trabalho do que entre o restante da população. No Brasil, a situação não é diferente. Os jovens apresentam taxas de desemprego substancialmente maiores que as dos trabalhadores adultos; não se nota, além disso, nenhuma tendência de aproximação entre as taxas de desemprego de jovens e não jovens; ao contrário, a taxa de desemprego dos jovens cresce proporcionalmente mais (CASTRO, 2008: p.20).

Esses dados deixam transparecer a maior fragilidade do jovem frente à busca por uma ocupação. No capítulo terceiro serão investigados alguns dos possíveis determinantes para o desemprego juvenil.

2.3 Inserção juvenil na Região Metropolitana do Recife

A discussão de juventude vai além de problematizá-la enquanto grupo etário. Caracterizar o trabalho dos jovens é uma questão de suma relevância para a sociedade porque é na ocupação juvenil onde é possível encontrar possíveis previsões sobre o futuro do mercado de trabalho (BORGES, 2007).

Nas palavras de Borges:

O trabalho dos jovens, as suas características e o seu significado para além das consequências para eles próprios colocam-se, hoje, como uma questão relevante para o conjunto da sociedade, porque é no desenho e nas formas em que vão se cristalizando o trabalho juvenil que são encontradas as pistas mais ricas sobre o futuro do mundo do trabalho (BORGES, 2007: p.17).

De acordo com os dados da Pnad/IBGE, as taxas de participação juvenil na RMR foram expressivas e crescentes nos anos considerados. No ano de 1995, a participação juvenil foi 57%, elevando-se para 59% em 2001 e chegando a praticamente 64% da população juvenil em 2007.

Entretanto, na contramão dessa elevação na participação juvenil na RMR, as taxas de ocupação juvenil sofreram queda nos mesmos anos. Durante o ano de 1995, a ocupação juvenil foi 84%, reduzindo-se para 78% em 2001 e 70% em 2007. Isso significa que os jovens

que ingressaram no mercado de trabalho se depararam com dificuldades de encontrar uma ocupação. Cabe verificar como se dá essa ocupação na RMR.

No tocante às atividades econômicas mais frequentemente desenvolvidas pelos jovens na RMR, destacaram-se serviços, comércio e reparação, indústria, dentre outras.

Sem dúvidas, o setor serviços¹⁶ é o mais importante na economia metropolitana recifense, no tocante à geração de empregos. No ano de 1995, esse setor de atividade teve a expressiva representatividade de 53% da população juvenil ocupada na RMR. Esse percentual elevou-se para 55% em 2001.

Não se pode comparar a distribuição de ocupados, segundo ramo de atividade, para os dados da Pnad após 2002, com os dados do período anterior, porque o IBGE alterou o sistema de classificação das atividades econômicas. No intuito de estabelecermos uma comparação com o ano de 2007, introduzimos para essa variável os dados do ano de 2002. Nesse ano, o setor de serviços absorveu 43% dos jovens ocupados na RMR. Em 2007, reduziu-se para 39% a parcela da juventude metropolitana recifense ocupada no setor serviços em 2007. Essa aparente diminuição na representatividade do setor serviços para a ocupação juvenil possivelmente se deve à redução da proporção de ocupados em outras atividades ou em atividades mal definidas, que saltou de 11% em 2002 para 15% em 2007 (IBGE/PNAD).

Outrossim, merece especial enfoque o comércio de mercadorias, uma das atividades econômicas que ocupa uma parcela significativa da população metropolitana do Recife. Em 1995, o comércio metropolitano recifense absorvia 23% dos jovens ocupados. Enquanto em 2002 o comércio metropolitano recifense absorvia 26%, em 2007 permaneceu praticamente estável em torno de 27% (IBGE/PNAD).

Não é surpreendente que os setores serviços e, sobretudo, o comércio sejam os responsáveis pela maior parcela da ocupação juvenil, afinal isso segue uma tendência geral. Além disso, nesses segmentos surgem maiores oportunidades para aqueles que possuem pouca ou nenhuma experiência de trabalho, como é o caso de muitos jovens. A boa performance desses setores se deve ao aumento do consumo da população de baixa renda após o ano de 2004.

De acordo com Passos *et al*:

¹⁶ Classificam-se como serviços as atividades seguintes: alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos, outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Os setores de comércio e serviços experimentaram uma inversão de rumo. Com efeito, a estabilidade econômica, a derrubada do imposto inflacionário e dos juros nominais permitiram um boom de demanda, resultante inclusive da expansão de diversos mercados consumidores (por exemplo, de eletrodomésticos), decorrente da entrada de segmentos da população de menor renda, que até então lhe eram alheios (PASSOS *et al*, 2005: p.50).

As atividades industriais absorvem 12% dos jovens ocupados. Em 2002, 10% dos jovens ocupados estavam no comércio enquanto em 2007 essa proporção foi de 11%, conforme dados da Pnad/IBGE.

Outra atividade cuja parcela no total de empregos juvenis se manteve estável é a construção civil, que foi responsável por 7% das ocupações juvenis ao longo dos anos de 2002 e 2007.

No tocante à atividade agropecuária, a proporção de jovens ocupados permanece em 2% em 1995. No ano de 2002 e 2007, essa proporção também permanece em 2%.

No que tange à posição na ocupação, reside um grande desafio do mercado de trabalho, qual seja, a elevada informalidade¹⁷. Em 1995, apenas 43% dos jovens¹⁸ ocupados da RMR estavam no mercado formal¹⁹ de trabalho. Em 2001, esse quantitativo se reduziu para 41%, elevando-se para 47% em 2007 a parcela de jovens ocupados no mercado formal na RMR (IBGE/PNAD), similarmente ao que ocorre no mercado de trabalho brasileiro.

No sentido oposto à evolução da informalidade observada ao longo dos anos de 1990, marcada por destruição de postos de trabalho protegidos –destacadamente nas metrópoles – e consequente queda da participação de trabalhadores com carteira assinada ao longo da década, observa-se no Brasil, sobretudo a partir de 2002, uma forte reação do mercado formal de trabalho, com elevação contínua da participação de trabalhadores com carteira assinada (CASTRO, 2008: p. 138).

Diante disso, na RMR eleva-se de 41% em 2001 para 46% em 2007 a parcela dos jovens ocupados que têm acesso aos benefícios proporcionados pelo vínculo formal de trabalho (PNAD), similarmente ao que ocorre no País. Esse desempenho do mercado formal

¹⁷ Ao mercado informal de trabalho correspondem o trabalhador doméstico sem carteira, outros empregados sem carteira, conta-própria, trabalhador na construção para o próprio consumo e não remunerados.

¹⁸ Jovens de 16 a 29 anos. Não foram incluídos os jovens de 15 anos, porque somente aos 16 é possível assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

¹⁹ Ao mercado formal correspondem: empregado com carteira, militar, funcionário público estatutário e trabalhador doméstico com carteira.

de trabalho está intimamente relacionado ao expressivo crescimento do PIB pernambucano, com geração de postos de trabalho, sobretudo formais.

Segmentando esses jovens conforme sua condição econômica (pobre/não pobre), constata-se que os jovens pobres são mais severamente atingidos pela informalidade, comparativamente aos não pobres, na RMR.

Em 1995, apenas 35% dos jovens pobres ocupados (e 50% dos não pobres) possuíam a proteção trabalhista. Em 2001, somente 30% dos jovens pobres ocupados e 50% dos não pobres estavam no mercado formal. Em 2007, 32% dos jovens pobres ocupados e 55% dos não pobres estão no mercado formal. Ante o exposto, destaca-se uma característica marcante da inserção na RMR, que é a informalidade: uma expressiva parcela da mão de obra é absorvida pelo setor informal da economia, notadamente os pobres.

Cabe esclarecer que essa maior informalidade entre jovens pobres não é uma característica peculiar ao mercado de trabalho metropolitano recifense, remetendo a uma tendência mundial, como aponta Brewer:

Obtener un empleo es especialmente difícil para los jóvenes que son ya pobres y se encuentran excluidos de la sociedad. Entre los que tienen empleo, se trata en muchos casos de trabajos en condiciones de precariedad y con baja remuneración dentro de la economía informal. La gran mayoría de los jóvenes del mundo trabajan en esa economía sin regular (BREWER, 2005: p.10).

É possível que o fato dos jovens pobres se inserirem mais frequentemente no informal esteja relacionado aos menores níveis de escolaridade dos pobres. Além disso, o background familiar possivelmente determina melhores oportunidades para os jovens não pobres.

2.4 Região Metropolitana do Recife: Desocupação Juvenil e Pobreza

Nesta seção, estudamos a parcela dos jovens da RMR que está inserida na PEA na condição de desocupada. Ela está subdividida em quatro subseções. Na primeira, optamos por subdividir a faixa etária assumida como jovem (de 15 a 29 anos de idade) em três recortes etários, a saber: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e, finalmente, 25 a 29 anos. Esta segmentação visa examinar se existem diferenças na desocupação juvenil entre os diferentes grupos etários.

Além de segmentar os jovens de acordo com faixas etárias, também adotamos o procedimento analítico de desagregar esse segmento populacional por gênero, objetivando verificar supostas diferenças nos indicadores entre homens e mulheres jovens, conforme a segunda subseção.

Na terceira subseção, apresentamos a desocupação juvenil segundo grupos de anos de estudo. Pesquisamos o comportamento das taxas de desocupação conforme o jovem passa para níveis de instrução mais elevados. Finalmente, na quarta subseção, verificamos possíveis diferenças na desocupação juvenil conforme a condição do jovem na família.

2.4.1 Desocupação Juvenil e faixas etárias

Optamos por dividir o segmento juvenil em três faixas etárias. A primeira compreende os jovens de 15 a 17 anos de idade. A faixa etária seguinte são os de 18 a 24 anos. Por fim, a faixa etária de 25 até 29 anos de idade.

Durante os anos estudados, observamos que na RMR a maior taxa de desocupação é sempre aquela verificada entre os jovens de 15 a 17 anos: 19,51% no ano de 1995; 31,76% durante o ano de 2001 e 42,30% para 2007 (TAB.2).

Em contrapartida, as menores taxas são sempre aquelas constatadas entre os jovens de 25 a 29 anos de idade: 10,92%, 14,63% e 19,64% para os anos de 1995, 2001 e 2007, correspondentemente (TAB. 2).

Tabela 2 - Taxas de desocupação Juvenil segundo faixas etárias - RMR
(em %)

	1995	2001	2007
15 a 17 anos	19,51	31,76	42,3
18 a 24 anos	18,87	26,58	35,83
25 a 29 anos	10,92	14,63	19,64

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Os adolescentes de 15 a 17 anos ainda estão em formação, geralmente não possuem ainda experiência laboral. Em decorrência disso, a pressão pelo primeiro emprego comumente ocorre nessa idade (WELLER, 2007) e, em virtude dessa inexperiência, as taxas de desemprego juvenil são forçadas para cima.

O recém-ingressado no mercado de trabalho está mais disposto a experimentar, alternar o trabalho até se definir profissionalmente. Além disso, esses adolescentes comumente se inserem em trabalhos que têm rotatividade elevada, o que se traduz em maiores taxas de desocupação (CASTRO, 2008; O'HIGGINS, 2001; MEDINA, 2001, BREWER, 2005).

Diante do exposto, pode-se dizer que as taxas de desocupação tendem a decair à medida que a idade do jovem prossegue. Essa melhora nos indicadores de desocupação ao avançar da idade provavelmente ocorre porque, ao passar para faixas etárias mais elevadas, o jovem vai adquirindo alguma experiência laboral, o que favorece suas chances de conseguir trabalho.

No entanto, esse declínio, à medida que o jovem vai ficando adulto, não o deixa em situação confortável, pois a taxa de desocupação verificada entre os jovens de 25 a 29 anos é 19,64% em 2007 (TAB.2), enquanto o mesmo indicador para os adultos (30 a 64 anos) é 11,28% (PNAD, 2007).

Tabela 3 – Taxas de desocupação segundo faixas etárias e condição econômica - RMR
(em %)

Faixas Etárias	1995		2001		2007	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
15 a 17 anos	18,95	20,61	37,43	16,14	50,01	26,17
18 a 24 anos	23,38	12,55	33,86	17,53	47,59	23,84
25 a 29 anos	15,53	6,60	21,04	8,19	32,29	9,56
Jovens (15 a 29 anos)	20,16	10,70	29,79	13,49	42,16	17,52
Adultos (30 a 64 anos)	8,93	2,37	15,54	4,21	21,20	4,65

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Partindo para uma segmentação também por condição econômica (TAB.3) é possível verificar que as taxas de desocupação verificadas entre os jovens pobres são significativamente superiores às dos jovens não pobres, indiferente à faixa etária considerada (excetuando-se o caso dos jovens de 15 a 17 anos no ano de 1995, quando a taxa de desocupação dos não pobres nessa faixa etária ultrapassou a dos pobres em 1,66 %).

Observa-se que, embora seja esperado que a taxa de desocupação do jovem vá declinando conforme o avançar de sua idade, no caso dos pobres, mesmo em faixas etárias maiores, as taxas de desocupação juvenil seguem elevadas (TAB.3). Ou seja, embora as taxas de desemprego melhorem para os grupos estudados conforme sua idade avance, essa melhora é mais intensa no caso dos não pobres (RIBEIRO; NEDER, 2008).

No mais, o hiato entre as taxas de desocupação dos jovens pobres versus não pobres aumentou no período considerado: em 1995, a razão entre as taxas de desocupação pobres/não pobres foi 1,8%. Em 2001, a razão subiu para 2,2% e, em 2007, a taxa de desocupação juvenil para os pobres da RMR foi 2,4% vezes a taxa de desocupação juvenil verificada entre não pobres (TAB.4). Isso ilustra a maior fragilidade da juventude pobre no mercado de trabalho, visto que ela não foi tão beneficiada mesmo no cenário de crescimento econômico pós-2002.

Além disso, conforme se pode extrair da TAB.4, é justamente nas faixas etárias mais elevadas onde se encontra a maior razão entre as taxas de desocupação pobre/não pobre. Isso comprova que para os jovens pobres a taxa de desocupação não cai com o passar dos anos na mesma intensidade que para os não pobres, sendo o desemprego daqueles um problema que vai persegui-los, condicionando sua vida adulta, quando a razão entre as taxas de desocupação pobre/não pobre fatalmente se tornará ainda mais elevada (TAB.4).

Tabela 4 – Razão entre as taxas de desocupação dos pobres e não pobres segundo faixas etárias – RMR (em %)

Faixas Etárias	1995	2001	2007
15 a 17 anos	0,9	2,3	1,9
18 a 24 anos	1,8	1,9	2,0
25 a 29 anos	2,3	2,5	3,4
Jovens (15 a 29 anos)	1,8	2,2	2,4
Adultos (30 a 64 anos)	3,7	3,6	4,5

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

As altas taxas de desocupação que atingem a população juvenil pobre contribuem para que a recorrência do desemprego continue elevada quando o pobre chega à idade adulta. Isso é no mínimo inquietante, porquanto eterniza suas dificuldades de inserção e o mantém em um círculo vicioso de desocupação e pobreza.

2.4.2 Desocupação juvenil e gênero

O problema do desemprego está presente em todas as regiões, atingindo toda a força de trabalho, independentemente do sexo (TAB.5). Entretanto, é sistematicamente mais intenso para as mulheres.

Em todas as pesquisas de desemprego realizadas no Brasil, as mulheres são detentoras de mais elevadas taxas de desocupação que homens. Na faixa etária juvenil não é diferente: mulheres jovens registram mais altas taxas de desocupação comparativamente aos homens jovens.

Uma das principais razões para essa maior taxa de desocupação feminina frente à masculina está diretamente ligada ao papel que as mulheres desempenham no lar. De acordo com Antigo e Machado (2006), o comportamento da força de trabalho feminina é mais imprevisível que o dos homens. A entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho estão ligadas à atividade do chefe do domicílio. Em suas palavras:

Embora o papel que as mulheres desempenham historicamente no lar esteja passando por significativas alterações oriundas das mudanças demográficas e do mercado de trabalho, há, ainda, maior irregularidade na inserção. A decisão de trabalhar ou não das mulheres tende ainda a responder principalmente a fatores econômicos como inovação nas oportunidades de ocupação dos maridos ou variação em seus salários (ANTIGO; MACHADO, 2006: p 394).

Além disso, as autoras também apontam que o enorme quantitativo de mulheres desocupadas também contribui para as elevadas taxas de desocupação. Em suas palavras:

Entre as características do indivíduo, os resultados apontam que o comportamento do desemprego para jovens e mulheres é afetado muito mais pela maior incidência desses grupos no estado de desemprego, em que é observado intensidade e frequência dos fluxos entre os estados de ocupação, desemprego e inatividade maior (ANTIGO; MACHADO, 2006: p 404).

Na RMR, durante os anos de 1995, 2001 e 2007, as taxas de desocupação juvenis femininas foram 19,47%, 28,28% e 37,18% contra 13,6%, 18,09% e 23,36% para os homens jovens (TAB.5). Destarte, quem mais contribui para as altas taxas de desocupação juvenil na RMR são as mulheres.

Tabela 5 - Taxas de desocupação juvenil segundo gênero – RMR

(em %)		
Ano	Masculino	Feminino
1995	13,60	19,47
2001	18,09	28,28
2007	23,36	37,18

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Essa elevação nas taxas de desocupação reflete a maior participação feminina. O aumento da participação feminina nas últimas décadas está ligado, em alguma medida, ao aumento na sua escolaridade, que contribui para melhorar suas chances de obter emprego em atividades qualificadas. Consequentemente, aumenta a atratividade do mercado laboral para elas. Entretanto, essa elevação na escolaridade feminina não é garantia de proteção contra o desemprego (LAVINAS, 1997).

Cabe ressaltar que as elevadas taxas de desocupação verificadas, principalmente a partir dos anos de 1990, afetaram a relação família-trabalho na articulação de seus membros para a atividade produtiva remunerada e na organização da subsistência do grupo, no esforço coletivo da sobrevivência imediata e na superação e melhoria das condições de vida. É nesse contexto que se observa maior pressão das mulheres no mercado de trabalho (DIEESE, 2009: p. 1).

Essa maior participação feminina nos últimos anos pode ser explicada, em parte, por fatores positivos como a emancipação feminina e a busca de realização profissional. Entretanto, elementos negativos também exercem influência (DIEESE, 2002). Em um mercado de trabalho como o da RMR, onde as taxas de desocupação são crescentes e elevadas, muitos chefes de família perdem seus postos de trabalho, o que força outras pessoas do domicílio – em particular a mulher – a procurar ocupação.

Ainda nesse caminho, a queda no poder aquisitivo dos empregados leva outros membros da família (novamente se destaca a mulher) a tentar suprir as necessidades

financeiras do lar. Somado a isso, nos últimos anos tem aumentado o número de famílias monoparentais, onde muitas mulheres assumem o papel de chefe e provedora do sustento familiar, significando sustentar a família trabalhando fora de casa (DIEESE, 2002).

Tabela 6 - Taxas de desocupação juvenil segundo gênero e condição econômica - RMR
(em %)

	Masculino		Feminino	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
1995	17,67	8,44	23,94	14,01
2001	24,71	9,51	37,04	18,41
2007	32,90	14,04	53,38	21,65

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Ainda no que tange a variável gênero, classificando os jovens segundo condição econômica, é possível verificar que são as mulheres jovens pobres as detentoras das mais elevadas taxas de desocupação verificadas na RMR e os jovens não pobres do sexo masculino são possuidores dos menores indicadores de desocupação (TAB. 6).

Enquanto os homens jovens não pobres tiveram taxas de desocupação equivalentes a 8,44%, 9,51% e 14,04%, nos respectivos anos de 1995, 2001 e 2007, para os pobres as taxas são sistematicamente superiores: 17,64%, 24,71% e 32,9% para os mesmos anos (TAB. 6).

Para as mulheres jovens pobres as taxas de desocupação juvenil na RMR foram 23,94%, 37,04% nos anos de 1995 e 2001, correspondentemente. Em 2007, mais da metade da PEA juvenil feminina pobre (53,38%) é atingida pela desocupação. Tais taxas são superiores às enfrentadas pelas jovens não pobres (14,01%, 18,41% e 21,65% para os anos de 1995, 2001 e 2007), correspondentemente (TAB. 6).

As mulheres possuem maiores dificuldades na obtenção de um trabalho remunerado. Algumas evidências apontam para um preconceito contra a mulher no mercado laboral, que pode estar, de algum modo, ligado à questão da maternidade, associada a maiores gastos com encargos trabalhistas (DIEESE, 2009). Muitos empregadores evitam contratar mulheres vislumbrando a possibilidade de futura ausência decorrente de uma possível gravidez, lactação, cuidados com os filhos, etc. Vale observar que não é possível comprovar com facilidade que exista esse preconceito contra a mulher no mercado laboral. Além disso, é importante indicar que a recente elevação da pressão feminina na PEA também é um

argumento que não pode deixar de ser lembrado na explicação do aumento das taxas de desemprego femininas.

2.4.3 Desocupação juvenil e escolaridade

A baixa escolaridade da juventude brasileira não é um problema recente, já sendo bastante conhecido, estudado, discutido. Elevados déficits de escolarização e profundas diferenças de escolaridade são constatados, conforme indicamos na primeira seção deste capítulo.

Embora nos últimos anos tenha aumentado a participação dos mais escolarizados no desemprego juvenil, a baixa escolaridade é constantemente apontada como determinante do elevado desemprego entre os jovens, especialmente os pobres. Além disso, também se alega a existência de maior dificuldade de inserção para aqueles jovens que não possuem experiência laboral, sendo a inexperiência a principal vilã, considerando que os jovens são mais escolarizados que os adultos.

Um problema frequentemente enfrentado pelos jovens pobres é sua baixa escolaridade. Os jovens provenientes de domicílios pobres, praticamente forçados a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, têm poucos anos de estudo (BASTOS *et al*, 2007).

Por outro lado, ao confrontar a média de anos de estudo dos jovens com a dos adultos, percebe-se que aqueles são mais escolarizados que esses. Em 1995, enquanto a média de anos de estudo da população da RMR é de cinco anos, para os jovens essa média eleva-se para sete anos de escolaridade. No ano de 2001, a média de anos de estudo dos jovens sobe para oito anos enquanto a média da população da RMR permanece em cinco anos. Em 2007, a média de escolaridade da juventude alça nove anos de estudo, e a média de escolaridade da população segue em cinco anos (PNAD/IBGE, 1995, 2001 e 2007).

Essa maior escolaridade da juventude comparativamente à população total da RMR ocorre por serem eles, os jovens, os principais beneficiários da universalização do acesso ao ensino fundamental nos últimos anos. Ainda assim, é conhecido o fato de serem os jovens detentores de taxas de desocupação mais elevadas comparativamente aos adultos.

De acordo com os dados da Pnad/IBGE (1995, 2001 e 2007), os jovens mais escolarizados (15 anos ou mais de estudo) da RMR realmente registram as menores taxas de desocupação (7% no ano de 1995, 9% em 2001 e 14% em 2007), o que confirmaria o senso comum de que a escolaridade reduz o desemprego (TAB. 7).

No entanto, a segunda menor taxa de desocupação é a constatada entre os jovens analfabetos (7% em 1995, 16% em 2001 e 24% em 2007). No caso desses jovens sem instrução, é possível que sua pobreza impeça uma espera prolongada.

Tabela 7 - Taxas de desocupação Juvenil segundo grupos de anos de estudo - RMR
(em % - medida em anos de estudo)

	1995	2001	2007
Sem instrução e menos de 1 ano	7,10	15,66	23,75
1 a 3 anos	13,24	17,25	29,73
4 a 7 anos	15,90	24,63	29,74
8 a 10 anos	19,30	28,49	38,29
11 a 14 anos	11,54	20,07	27,76
15 anos ou mais	7,04	9,10	14,30

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Quanto à maior taxa de desocupação juvenil, é a verificada entre os jovens que possuem um nível intermediário de escolaridade, chegando o desemprego a atingir mais de 38% da PEA juvenil que possui entre 8 e 10 anos de estudo em 2007, conforme é possível verificar na TAB.7. É provável que esses jovens estejam em uma classe social melhor, recebendo certo aporte familiar que lhes permita buscar uma ocupação mais adequada. Além do mais, é possível que a inserção dos jovens com essa escolaridade seja em ocupações de elevada rotatividade.

Cabe apontar que segmentando os jovens desocupados conforme sua condição econômica (pobre/não pobre) confirmam-se entre os jovens pobres taxas de desocupação sistematicamente superiores àsquelas verificadas entre os jovens não pobres para todas as faixas de escolaridade (TAB. 8). Um dos desafios é compreender as maiores dificuldades

encontradas pelos jovens pobres em sua busca pelo emprego. Um argumento poderia apontar a menor escolaridade desses jovens.

Um olhar mais atento sobre os dados da TAB. 8 revela-nos que as taxas de desocupação dos jovens pobres segundo grupos de anos de estudo desmentem o senso comum da existência de correlação negativa entre taxas de desocupação e nível de escolaridade, ou seja, derruba a idéia de que a elevação da escolaridade reduza as taxas de desocupação, no caso da juventude pobre. Para os jovens pobres da RMR, surpreendentemente, a taxa de desocupação tende a se elevar à medida que se eleva a escolaridade.

Tabela 8- Taxas de desocupação segundo grupos de anos de estudo - e condição econômica - RMR (em % - medida em anos de estudo)

Grupos de anos de estudo	1995		2001		2007	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
Sem instrução e menos de 1 ano	8,40	2,95	15,96	14,30	25,55	16,68
1 a 3 anos	13,85	10,73	19,45	6,68	35,37	13,78
4 a 7 anos	18,82	10,00	28,06	14,28	35,49	12,06
8 a 10 anos	29,46	12,51	38,66	15,99	47,39	24,70
11 a 14 anos	50,04	8,33	33,70	13,55	47,26	18,14
15 anos ou mais	50,00	5,80	40,00	7,45	50,02	7,76

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Chamamos atenção para o seguinte fato: para todos os anos estudados, a maior taxa de desocupação entre os jovens pobres é aquela dos mais escolarizados e a menor, a dos menos escolarizados. Já para os não pobres, as maiores taxas de desocupação são as daqueles jovens com 8 a 10 anos de estudo.

Os jovens pobres em grupos de anos de estudos idênticos aos dos jovens não pobres enfrentam maiores dificuldades para conseguir um emprego. E o mais intrigante é que justamente nas faixas de escolaridade mais elevadas é onde se encontram os maiores hiatos entre as taxas de desocupação: enquanto as taxas de desocupação entre os jovens não pobres que estudaram 15 ou mais anos foram de 5,8%, 7,45% e 7,76% para os anos de 1995, 2001 e

2007 respectivamente; para os jovens pobres a taxa de desocupação chega a atingir a metade da PEA que estudou 15 anos ou mais (TAB. 8).

Isso nos leva a algumas conclusões interessantes. Em primeiro lugar, a tão cantada correlação negativa entre escolaridade e desocupação não se aplica à população juvenil pobre. Conforme extraímos dos dados da TAB. 8, as taxas de desocupação juvenil tendem a crescer na medida em que os pobres alcançam maiores níveis de instrução.

Além disso, o esforço feito pelo jovem pobre para alcançar maiores níveis de escolaridade, concluir um curso superior é significativamente maior que o dos não pobres. Contudo, enquanto as menores taxas de desocupação juvenil para os não pobres estão entre aqueles que alcançaram 15 ou mais anos de estudo, entre os pobres com idêntica instrução se encontram as taxas de desocupação mais expressivas²⁰.

É possível que essa maior taxa de desocupação para os jovens pobres com ensino superior comparativamente aos não pobres com idêntica instrução se deva ao fato de que os jovens não pobres, geralmente, cursam boas escolas e comumente têm pais que se preocuparam com seu futuro profissional. Em geral, esses pais têm maior capital cultural (medido por meio de anos de estudo), bem como capital econômico. Esses componentes todos interagem a favor do jovem que se insere numa família com maiores recursos socioeconômicos. A partir dessas associações podemos compreender as maiores dificuldades de busca pelo emprego inclusive entre os jovens pobres com ensino médio completo e superior. Outra possibilidade para essa maior desocupação entre os jovens pobres com ensino superior está ligada ao fato de que muitas empresas contratam através de indicação, favorecendo os jovens não pobres.

Cabe observar que os resultados apontados na relação entre grupos de anos de estudo e taxa de desocupação têm limites associados às informações sobre anos de estudo que estão disponíveis na Pnad. A título de exemplo, a Pnad não capta para as pessoas que concluíram alguma etapa do ciclo educacional ou abandonaram a escola se o ensino cursado foi público ou privado. Outra informação importante seria especificar se o curso seria noturno, diurno ou

²⁰ A amostra de jovens pobres que possuem nível superior de ensino é pequena, comparativamente aos jovens pobres com outros níveis de instrução. Objetivando testar se o resultado encontrado é consistente mesmo mediante uma pequena amostra, realizamos o teste de razões - que compara esse grupo de escolaridade com o restante da população juvenil (Ver apêndice). Se a amostra for considerada pequena, a variância dos estimadores pode aumentar em sentido contrário ao tamanho da amostra e, em decorrência disso, a variância do estimador também aumenta. Por outro lado, o poder do teste caminha em sentido contrário. Procedemos o teste de razões para as proporções de jovens com ensino superior conforme condição de pobreza para os anos de 1995, 2001 e 2007. De modo geral, o teste nos permitiu concluir que a amostra é suficiente para rejeitar a hipótese nula, se considerado todo o período.

vespertino. No Brasil, existe uma grande diferença de qualidade entre o ensino fundamental e médio público e privado, bem como entre o ensino superior público e privado. O tipo de ensino cursado pelos jovens talvez possa interferir nas suas probabilidades de obtenção de emprego.

Diante do exposto, somos levados a reafirmar o que foi dito no início da seção: os diferenciais entre as taxas de desocupação entre jovens e adultos, ou pobres versus não pobres, definitivamente não devem ser atribuídos exclusivamente ao baixo nível de escolaridade dos jovens pobres.

2.4.4 Desocupação juvenil e arranjos familiares

Analisando o conjunto dos jovens desocupados da RMR, percebe-se que a metade deles está na condição de filho (TAB. 9). Cabe revelar que essa parcela ultrapassa os 54% entre os não pobres (56% em 1995, 57% em 2001 e 55% no ano de 2007) enquanto entre os pobres esse percentual é algo em torno de 45% (47% em 1995, 45% em 2001 e 46% em 2007), de acordo com os dados apresentados na TAB. 10.

Tabela 9 – Distribuição dos jovens desocupados segundo condição na família – RMR
(em %)

	1995	2001	2007
Pessoa de referência	29	28	24
Cônjuge	13	15	16
Filho	51	50	50
Outros	7	7	10
Total	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Também extraímos da TAB. 9 e TAB.10 que a parcela de jovens desocupados na condição de cônjuge se elevou no decorrer do período estudado (13% em 1995, 15% em 2001 e 16% em 2007). Para os jovens pobres, o percentual de desocupados na condição de cônjuge foi de 12% em 1995, elevando-se para 14% em 2001 e 16% em 2007. Quanto aos jovens não pobres, a parcela daqueles na condição de cônjuge foi 15% em 1995, mantendo-se estável nos

anos de 2001 e 2007. Isso ilustra que as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos jovens pobres exigem sua participação na PEA.

Tabela 10 - Distribuição dos jovens desocupados segundo condição na família e situação econômica - RMR (em %)

Condição na família	1995		2001		2007	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
Pessoa de referência	35,75	20,54	34,44	19,93	29,18	18,36
Cônjuge	12,36	14,85	14,03	15,10	16,12	15,32
Filho	46,64	56,31	45,07	56,92	45,51	54,94
Outros	5,25	8,29	6,46	8,05	9,19	11,38

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Paralelamente, 29% dos jovens desocupados da RMR encontram-se na condição de pessoa de referência da família em 1995. A parcela de jovens desocupados classificados como pessoa de referência reduziu-se para 28% em 2001 e 24% em 2007. No conjunto dos jovens não pobres essa proporção é bem inferior, representando 21% do total de jovens desocupados não pobres em 1995, reduzindo-se para 20% em 2001 e 18% em 2007. No caso dos jovens pobres da RMR, a proporção dos apontados como pessoa de referência da família excede 35% em 1995, reduzindo-se para 34% em 2001 e 29% em 2007 (TAB. 10).

Resumidamente, podemos dizer que no decorrer do período de 1995 a 2007, reduziu-se a parcela dos jovens desocupados pobres classificados como pessoa de referência, ao passo que entre os não pobres o percentual se manteve praticamente estável (TAB. 10). É possível que essa redução na parcela de desocupados classificados como pessoa de referência seja atribuída à elevação da idade de casamento entre os jovens.

De acordo com os critérios da Pnad/IBGE, a definição da condição de “pessoa de referência” não está obrigatoriamente relacionada à condição de provedor material, mas na maioria das vezes é o que acontece.

É bem verdade que, pelos critérios da Pnad/IBGE, a definição da condição de Pessoa de Referência não guarda relação com chefe de família “provedor material”. Em algumas famílias o provedor não é indicado como chefe de família, porém se indica o filho jovem ou outro parente próximo. A título de

ilustração, famílias cujo provedor é uma mulher podem indicar um jovem do gênero masculino como pessoa de referência. Entretanto, em geral o papel de chefe é assumido por quem é (ou foi) o principal (ou único) responsável pelo sustento da família (RIBEIRO; JULIANO, 2007: p.13).

Diante disso, analisamos que para aqueles jovens apontados como pessoa de referência, sobretudo nas famílias pobres, impera uma grande necessidade de participação na renda familiar. Por conseguinte, para os jovens indicados como a pessoa de referência da família conseguir uma colocação remunerada é mais que uma necessidade, tornando-se uma opção imperiosa.

Quanto às taxas de desocupação juvenil na RMR, segundo o papel desempenhado na família, cumpre-nos observar que as maiores taxas verificadas estão entre os jovens que se encontram na condição de filho ou outro parente e as menores entre os jovens apontados como pessoa de referência, conforme é possível extrair da TAB. 11.

De acordo com Rocha:

De fato são os jovens os mais diretamente afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho, uma vez que, normalmente, já estão em situação de desvantagem devido às suas características específicas, como a falta de experiência e a busca de experimentação. Ademais, como muitos dos jovens ainda não são chefes de família, a sua posição no âmbito familiar acaba por permitir/estimular a instabilidade ocupacional, a qual, nestas condições, está associada a menores riscos (ROCHA, 2007: p.3).

Geralmente os filhos contam com um maior aporte familiar que lhes pode permitir que busquem uma ocupação mais adequada. Na contramão, o jovem apontado como a pessoa de referência costuma ser o principal provedor material da família, imperando uma maior necessidade de uma ocupação remunerada.

Tabela 11 - Taxas de desocupação juvenil segundo condição na família - RMR (em %)

	1995	2001	2007
Pessoa de referência	10,4	14,8	19,2
Cônjuge	13,4	20,8	29,7
Filho	19,0	27,4	23,4
Outros	22,1	21,28	33,7

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Cabe observar que as maiores taxas de desocupação, segundo desenho familiar (condição do jovem na família), são aquelas encontradas na população pobre (TAB. 12) que se insere como filho na família.

Tabela 12 - Taxas de desocupação juvenil segundo arranjo familiar e condição econômica - RMR (em %)

Condição na família	1995		2001		2007	
	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre
Pessoa de referência	14,7	0,9	20,2	3,4	28,2	5,4
Cônjuge	15,0	11,7	27,7	12,9	46,6	12,4
Filho	24,5	13,4	37,6	17,4	48,2	22,1

Fonte: PNAD/IBGE (Elaboração própria).

Somado a isso, embora as menores taxas de desocupação, segundo condição do jovem na família, seja a daqueles apontados como pessoa de referência indiferente à condição econômica, as taxas verificadas entre os pobres representam mais que o quádruplo das taxas de desocupação dos não pobres que estão no papel de pessoa de referência, conforme pode ser extraído da TAB. 12.

Enquanto as taxas de desocupação para os jovens não pobres da RMR apontados como pessoa de referência foram equivalentes a 0,9%, 3,4% e 5,4% nos anos de 1995, 2001 e 2007, respectivamente, no caso dos jovens pobres os mesmos indicadores correspondem a 14,7%, 20,2% e 28,2% para os mesmos anos (TAB. 13). Isso confirma a maior fragilidade das famílias pobres.

Conseguir inserir-se no mundo laboral é de suma relevância, sendo o desemprego um dos problemas mais críticos enfrentados pelas famílias e revelando-se um drama, principalmente se, além do desemprego, a família também vive uma situação de pobreza.

CAPÍTULO 3

OS DETERMINANTES DA DESOCUPAÇÃO JUVENIL

Este capítulo objetiva identificar o impacto de alguns determinantes da desocupação para os jovens pobres e não pobres, separadamente. Elegemos trabalhar com variáveis do lado da oferta, devido à disponibilidade desses dados. Esse procedimento permite identificar se o efeito das variáveis eleitas e significativas é maior ou menor para pobres ou para não pobres. Para tanto, fez-se uso do modelo de resposta binária *probit*, metodologia que permite estudar o impacto das variáveis selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar desocupado.

Optou-se nesta pesquisa pela utilização de dados da Pnad – que faz um levantamento exaustivo da renda familiar – em vez da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que se concentra em investigar apenas os rendimentos proporcionados pelo trabalho. Vale ressaltar, portanto, que para a subdivisão da população entre pobres e não pobres é imprescindível o cálculo da renda total.

O capítulo está dividido em três seções, sendo que a primeira corresponde a uma breve exposição os dados utilizados, bem como das variáveis selecionadas para o modelo econométrico. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia e, na última, os resultados.

3.1 Dados

Para a análise desenvolvida nesta dissertação, utilizou-se como fonte de informação os microdados da Pnad referentes aos anos de 1995, 2001 e 2007. Como se sabe, a Pnad é coletada a cada ano em todo o País, sendo o maior levantamento anual permanente de dados econômicos dos domicílios, famílias e pessoas que é realizado no Brasil. Essa pesquisa é feita pelo IBGE em uma amostra de domicílios, investigando diversas características sobre os padrões social e econômico dos indivíduos, permitindo acesso às informações básicas que possibilitam o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País (PNAD, notas metodológicas, 2006).

Desde 1976, a pesquisa é realizada com o mesmo esquema amostral, já amplamente testado e verificado, apresentando, então, alta confiabilidade. O delineamento amostral da Pnad segue um esquema misto, que compreende a pré-estratificação de grupos regionais de

municípios e a composição de conglomerados em múltiplas etapas. Para as áreas metropolitanas e municípios autorrepresentativos o processo de seleção amostral se dá em dois estágios e para os municípios não autorrepresentativos, em três.

A Pnad é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios, realizada em todo o território nacional exclusive a área rural da região Norte²¹. A população alvo é composta pelos domicílios e pessoas residentes em domicílios na área de abrangência da pesquisa. A Pnad adota um plano amostral estratificado e conglomerado com um, dois ou três estágios de seleção dependendo do estrato (SILVA, *et al*, 2002, p. 661).

Na primeira etapa de seleção amostral, os municípios são classificados conforme áreas censitárias: região metropolitana, municípios autorrepresentativos e municípios não autorrepresentativos. No caso daqueles e região metropolitana, a unidade primária de amostragem (PSU) é o setor censitário, e os municípios são selecionados com probabilidade igual a 1 (um) de pertencer à amostra. Já os municípios não auto-representativos passam por um processo de estratificação e, em cada estrato, os municípios foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no último censo demográfico.

No segundo estágio, os setores censitários são selecionados em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e reposição, sendo utilizado como parâmetro para o tamanho o último censo demográfico.

Na terceira e última etapa é eleita uma amostra sistemática de domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra.

Alertamos que esse tipo de amostragem reduz os custos operacionais, mas eleva consideravelmente os erros probabilísticos comparativamente a uma amostragem aleatória simples, visto que em cada Unidade da Federação (UF) os domicílios concentram-se em determinados setores censitários. Isso pode ocasionar redução na diversidade de informações captadas da população e elevação da variância amostral dos estimadores utilizados.

A pouca exposição aos métodos e técnicas necessários ao uso correto dos dados da Pnad exige dos usuários alguns cuidados ao avaliar as implicações do plano amostral complexo quando for realizar suas análises. Outra dificuldade frequentemente enfrentada é a decodificação das informações sobre a metodologia da Pnad de modo a não tratá-la como uma

²¹ A partir de 2004, a área rural da região norte passou a ser incluída na pesquisa.

amostra aleatória simples. Isso pode ocasionar resultados incorretos na inferência, o que também requer uma maior atenção na escolha dos pacotes computacionais especializados disponíveis (SILVA, *et al*, 2002).

Muitos pesquisadores exploram a Pnad sem levar em consideração o desenho amostral, realizam simplesmente estimativas de ponto. Ou seja, seus estudos tratam os resultados obtidos por meio dessa pesquisa como se provenientes de uma população completa, em vez de uma amostra, não adotando qualquer cuidado com a inferência estatística (RIBEIRO; NEDER, 2008).

Este trabalho leva em consideração as características do delineamento da amostra. Para tanto, são utilizadas duas variáveis da Pnad que definem o desenho amostral, a saber: o estrato (*strat*) a que pertence a unidade domiciliar e a PSU.

Considerando o delineamento de amostras complexas, e conjecturando problemas resultantes da existência de PSU único²², utilizou-se o *software* econométrico *Stata* para identificar esses estratos. Identificados os estratos, decidiu-se agregá-los àqueles com maior número de observações.

3.1.1 Demarcação temporal

A demarcação temporal do processo investigativo incluiu os anos de 1995, 2001 e 2007, sendo o ponto de partida do estudo o primeiro ano após o Plano Real (1995) para o qual temos dados da Pnad, alcançando até o último ano para o qual existem microdados disponíveis dessa pesquisa (2007). O ano de 2001 é um intervalo entre os dois extremos eleitos para esse estudo (1995 e 2007), daí a sua inclusão.

Cabe mencionar que todas as Pnads no período selecionado são comparáveis.

²² A existência de estratos com PSU único se deve à criação de novos estratos, referentes a novas unidades domiciliares. O número de domicílios nesses estratos não costuma ser elevado comparativamente ao conjunto da amostra.

3.1.2 Delimitação da população estudada

No intuito de alcançar os objetivos deste trabalho, torna-se indispensável especificar a delimitação da população analisada. Para tanto, definiu-se a população de acordo com três recortes: geográfico, condição de atividade e idade.

3.1.2.1 Abrangência geográfica

No tocante ao recorte espacial, considerou-se a RMR. A escolha dessa região metropolitana deveu-se ao fato de se tratar da maior aglomeração urbana da região Nordeste, e a quinta do País, de acordo com os dados do Condepe/Fidem (2006). Além disso, a RMR é a metrópole que possui maior proporção de pobres no Brasil, segundo os critérios adotados nas linhas de pobreza de Sonia Rocha (ROCHA, 2006).

A escolha da RMR também se deveu à previsão inicial de que esse trabalho seria financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), por meio do programa do Banco do Nordeste e seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (BNB/ETENE) de apoio a teses e dissertações. Daí a escolha de uma área coberta pelo BNB.

3.1.2.2 Delimitação quanto à condição de atividade

Para a análise desenvolvida neste capítulo, consideramos somente os jovens da RMR que estejam inseridos em sua PEA, conforme a variável derivada da Pnad²³. Vale mencionar que o conceito de trabalho utilizado na Pnad sofreu alterações a partir do ano de 1992, vislumbrando adequar-se à definição adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), levando em conta as recomendações resultantes da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho.

Diante disso, a partir do ano de 1992, o conceito de trabalho foi redefinido para a Pnad. Ou seja, considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de ocupação:

²³ Variável V4704 = 1.

remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens e serviços; remunerada em bens ou benefícios no serviço doméstico; sem remuneração na produção de bens e serviços desenvolvida durante pelo menos uma hora semanal; na produção para autoconsumo ou na construção para uso próprio durante pelo menos uma hora por semana (GUERRA, 1997).

Dessa forma, reduziu-se o limite de quinze horas semanais ou mais para apenas uma hora trabalhada por semana (ainda que não remunerada) para a inclusão do trabalho na atividade econômica. Neste estudo, utilizou-se essa conceituação de trabalho, mas é importante ponderar que é possível que esse novo conceito de trabalho superestime a população ocupada, mascarando o desemprego, em especial quando existe predomínio da subocupação.

A Pnad classifica os entrevistados segundo sua condição de ocupação em ocupados e desocupados. Levando em consideração o conceito de trabalho apresentado, foram classificadas como ocupadas as pessoas que tinham trabalho. Já as desocupadas são aquelas pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura por trabalho.

No tocante à condição de atividade, o questionário da Pnad permite a montagem da variável que classifica os entrevistados em PEA e Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA). À PEA corresponde o conjunto de ocupados e desocupados, enquanto à PNEA, as pessoas que não se enquadram na PEA. Neste trabalho, nosso foco de estudo é a PEA.

3.1.2.3 Recorte etário

Para a análise desenvolvida nesse trabalho foram considerados os jovens de 15 a 29 anos de idade. O limite etário juvenil consagrado na literatura e por organismos internacionais como a OIT e Organização das Nações Unidas (ONU) se situa em 25 anos. Entretanto, estudos mais recentes já discordam dessa convenção, observando uma extensão da juventude, compreendendo também os indivíduos de até 29 anos de idade.

Ressalta-se que a saída da escola, a entrada no trabalho, a formação de família e a constituição de domicílio – consideradas elementos centrais da transição para a vida adulta – têm sido prolongadas, o que justificaria um alongamento da fase a ser estudada como juvenil até os 29 anos (CAMARANO, 2006).

3.1.3 Definição das variáveis utilizadas no modelo

Para a construção dos modelos econométricos utilizados, a maioria das variáveis foi renomeada e recodificada, de forma que fossem transformadas em variáveis categóricas *dummies*. Variáveis categóricas representam efeitos de fatores qualitativos.

De acordo com Neder:

Quando dizemos fatores qualitativos estamos nos referindo a todos os tipos de variáveis que representam categorias: variáveis nominais e variáveis ordinais. Em estatística, estas variáveis são denominadas variáveis categóricas (NEDER, 2008).

Numa variável categórica *dummy* uma dimensão qualitativa é representada numericamente como uma variável binária, apresentando, basicamente, os valores zero e um, onde o valor um representa a categoria de referência (GUJARATI, 2000; WOOLDRIDGE, 2006; NEDER, 2008).

As *dummies* utilizadas na análise empírica desenvolvida neste trabalho são: jovem desempregado – que é a variável explicada em nosso modelo econométrico – e as *dummies* para ano de referência, cor ou raça, gênero, condição do jovem na família, experiência, grupos de escolaridade. Adicionalmente, foram construídas *dummies* interativas, permitindo que a variável anual interaja com as variáveis explicativas referentes à escolaridade e sexo.

Para cada uma das variáveis categóricas, incluímos tantas *dummies* quantas categorias utilizadas, menos uma categoria, que é a correspondente à categoria de referência. Isso foi feito visando evitar o problema da multicolinearidade perfeita, impedindo uma possível armadilha da variável *dummy*, que consiste em:

erro de incluir muitas variáveis dummy entre as variáveis independentes; ocorre quando existe no modelo um intercepto global e uma variável dummy é incluída para cada grupo (WOOLDRIDGE, 2006: p. 646).

Além das *dummies* listadas, também foi adotada a variável contínua renda familiar *per capita* (medida em Reais) para este trabalho, e Quanto ao motivo que nos levou a escolha dessas variáveis, temos que a variável sexo, conforme apontado no Capítulo 2, é uma das responsáveis pelos diferenciais de desocupação, sendo a categoria feminina a que apresenta as maiores taxas de desocupação.

A variável cor ou raça foi incluída no modelo, porque as estatísticas apontam que os jovens brancos, historicamente, detêm as menores taxas de desocupação comparativamente aos não brancos.

As variáveis referentes ao nível da escolaridade mostraram, por meio das estatísticas descritivas preliminares, que a taxa de desocupação se revela menor para aqueles jovens sem instrução ou com ensino superior, enquanto jovens que estudaram entre 8 a 10 anos de estudo têm a maior taxa global de desocupação. Posto isto, elegemos a variável nível de escolaridade e criamos três *dummies* de escolaridade, a saber: ensino fundamental (0 a 8 anos de estudo), ensino médio (10 a 12 anos de escolaridade) e ensino superior (13 anos ou mais de escolaridade formal). A categoria de referência é ensino fundamental (0 a 8 anos de estudo).

Também foram selecionadas as variáveis correspondentes à condição do jovem na família, quais sejam: pessoa de referência, cônjuge, filho e outros parentes, onde a categoria-base é a pessoa de referência da família. Em geral, o chefe tem menores taxas de desocupação, visto que costuma ser o principal provedor material da família.

Quanto às *dummies* para os anos de referência, possibilitam verificar se os anos influenciam as taxas de desocupação juvenil. A categoria-base é o ano de 1995.

No que tange às interações entre o ano de referência com a variável gênero e do ano de referência com as *dummies* dos grupos de escolaridade, tais interações visam testar se o diferencial das taxas de desocupação entre os sexos, ou entre os grupos de escolaridade, muda no decorrer do tempo.

Para evitar que se estabeleça uma relação espúria (ou sem sentido) adicionamos uma variável de tendência (*tend*) à regressão.

[...] devemos ser cuidadosos, levando em conta o fato de que fatores que apresentam tendência, não-observados, que afetem y_t , podem também ser correlacionados com variáveis explicativas. Se ignorarmos essa possibilidade, podemos encontrar uma relação espúria entre y_t e uma ou mais das variáveis explicativas. O fenômeno de descobrir uma relação entre duas ou mais variáveis explicativas com tendência ao longo do tempo, é um exemplo de regressão espúria. Felizmente, a adição de uma variável de tendência temporal elimina esse problema (Wooldridge, 2006: p. 330).

Todas as variáveis são listadas e descritas no QUADRO 1.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

VARIÁVEL	Código da(s) variável(eis) de origem – PNAD	DESCRIÇÃO	VALORES
Jovdes	V4705 e V8005	Jovem desocupado.	0- Jovem ocupado; 1- Jovem desocupado.
Homem	V0302	Sexo.	0- Feminino; 1- Masculino.
Branco	V0404	Cor ou raça.	0- Não-brancos; 1- Brancos.
Ensinofund.	V4703	Escolaridade = ensino fundamental (categoria de referência)	categoria-base
Ensinomed.	V4703	Escolaridade = ensino médio	1- Ensino médio (9 a 12 anos de estudo)
Ensinosup.	V4703	Escolaridade = ensino superior	1 - Ensino superior (13 anos de estudo ou mais)
yfampc	V4722 e V4724	Renda familiar per capita	
experd1	V8005 e V9892	Experiência no mercado de trabalho (medida em anos).	1- 1 a 5 anos.
experd2	V8005 e V9892	Experiência no mercado de trabalho (medida em anos).	1- 6 a 10 anos.
experd3	V8005 e V9892	Experiência no mercado de trabalho (medida em anos).	1- 11 a 15 anos.
experd4	V8005 e V9892	Experiência no mercado de trabalho (medida em anos).	1- 16 a 20 anos.
experd5	V8005 e V9892	Experiência no mercado de trabalho (medida em anos).	1- acima 20 anos.
conpr	V0402	Condição na família = Pessoa de referência.	categoria-base
conconj	V0402	Condição na família = Cônjuge	1- Cônjuge.
confilho	V0402	Condição na família = Filho	1- Filho.
conoutros	V0402	Condição na família = Outros parentes	1- Outros parentes.
a1995	V0101	Ano de referência = 1995.	ano-base
a2001	V0101	Ano de referência = 2001.	1- 2001.
a2007	V0101	Ano de referência = 2007.	1- 2007.
interenssup2001	V4703 e V0101	Interação entre o ano de 2001 e ensino superior.	1- ensinossuper= 1 e V0101 = 2001.
interenssup2007	V4703 e V0101	Interação entre o ano de 2007 e ensino superior.	1- ensinossuper= 1 e V0101 = 2007.
interensmed2001	V4703 e V0101	Interação entre o ano de 2001 e ensino médio.	1- ensinomed = 1 e V0101 = 2001.
interensmed2007	V4703 e V0101	Interação entre o ano de 2007 e ensino médio.	1- ensinomed= 1 e V0101 = 2007.
interhomem2001	V0302 e V0101	Interação entre o ano de 2001 e a variável sexo.	1- homem= 1 e V0101 = 2001.
interhomem2007	V0302 e V0101	Interação entre o ano de 2007 e a variável sexo.	1- homem= 1 e V0101 = 2007.

Fonte: Pnad/IBGE – Elaboração própria.

Convém esclarecer que, vislumbrando identificar supostas divergências nas causas da desocupação entre pobres e não pobres, a amostra foi subdividida em duas subamostras: uma para a PEA juvenil pobre, outra para a PEA juvenil não pobre.

Assim, trabalhou-se com uma amostra de 7.306 observações, sendo dividida em duas subamostras: a primeira correspondente à PEA juvenil pobre, com 3.889 observações; a segunda equivale à PEA de jovens não pobres, com 3.417 observações.

Essa distinção entre pobres e não pobres foi feita a partir das linhas de pobreza de Sonia Rocha, que classificam as pessoas em pobres e não pobres levando em conta a pobreza monetária, conforme apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Para tanto, são utilizadas as linhas de pobreza sob o enfoque da renda familiar *per capita*.

[...] em função da disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias com diferentes níveis de rendimento, a determinação de linhas de pobreza e indigência no Brasil deve ser com base no consumo observado [...] a primeira etapa consiste em determinar, para a população em questão, quais são suas necessidades nutricionais. A etapa seguinte objetiva estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas. O valor correspondente a essa cesta é a linha de indigência, parâmetro de valor associado ao consumo alimentar mínimo necessário. Como não se dispõe de normas que permitam estabelecer os consumos não alimentares, o valor associado a eles é obtido de forma simplificada, geralmente correspondendo a despesa não alimentar observada quando o consumo alimentar adequado é atingido (ROCHA, 2006, p. 49-50).

Tabela 13 - Linhas de pobreza para a RMR utilizadas na análise
(valores em R\$)

Ano de referência	Linha de pobreza
1995	98,72
2001	146,12
2007	232,29

Fonte: Elaboração de Sonia Rocha com base na POF - Pesquisa de Orçamento Familiar. Dados extraídos do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). O IETS disponibiliza os itens atualizados e a metodologia de construção dos parâmetros e cestas alimentares.

As linhas de pobreza de Sonia Rocha para a RMR são apresentadas na TAB. 13. São considerados pobres os indivíduos cuja renda familiar *per capita* seja inferior ao valor monetário indicado para cada ano na TAB.13. Assim sendo, o jovem pesquisado em 1995, cuja renda familiar *per capita* esteja abaixo de R\$ 98,72 é considerado pobre.

Semelhantemente, se em 2001 a renda *per capita* da família do indivíduo está abaixo de R\$ 146,12, ele foi classificado como pobre. Para o ano de 2007, foram ditos pobres aqueles que têm renda familiar *per capita* inferior a R\$ 232,29.

3.2 Metodologia

Neste estudo, utilizou-se o modelo de resposta binária *probit* para estimar a probabilidade de jovens pobres e não pobres estarem desocupados, partindo da hipótese que, dentre os determinantes do desemprego, as variáveis seguintes tenham um peso considerável: sexo ou gênero, raça, anos de estudo, experiência, condição na família (pessoa de referência, cônjuge, filho, outros). O modelo foi estimado para duas subamostras da População Economicamente Ativa juvenil da Região Metropolitana do Recife, a saber: pobres e não pobres.

A seguir, o método de estimação é apresentado detalhadamente.

3.2.1 Probit

Em um modelo de regressão convencional, o interesse se concentra no efeito marginal (representado pelo próprio coeficiente da regressão) de alguma variável x sobre a média condicional da variável dependente, y . Em modelos de probabilidade, ou modelos de escolha binária, por sua vez, o interesse reside, principalmente, na probabilidade de resposta:

$$P(y=1|x),$$

Onde x representa o conjunto das variáveis explicativas e y a variável dependente. Ou seja, no modelo de resposta binária o interesse se concentra em encontrar o efeito que uma variação em x provoca na probabilidade condicional de $y|x$.

O princípio básico de modelos de probabilidade binários é o fato de a variável dependente assumir valor 1(um) para o caso de interesse, e 0 (zero) caso contrário. Nas palavras de Wooldridge:

O modelo *probit* é um dos modelos de escolha binária, ou modelo de probabilidade, utilizado para garantir que as probabilidades de resposta estejam entre zero e um (WOOLDRIDGE, 2006).

Neste trabalho, o modelo *probit* foi utilizado para estimar a probabilidade de desemprego juvenil. Sendo assim, y assume o valor 1(um) para jovem desempregado e 0 (zero), caso contrário (ou seja, zero para jovens empregados).

Então,

Para $Y_i = 1, Y_i > 0^*$

Diante disso, e considerando que a distribuição dos erros é simétrica em torno de zero, decorre que a probabilidade de um jovem estar desempregado é dada por:

$$\text{Prob}(Y = 1|x) = \Phi(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)$$

Onde Y representa a variável dependente, x as variáveis explicativas do modelo, os β são os coeficientes do modelo e Φ é a função cumulativa de probabilidade.

A probabilidade de um evento não ocorrer é estimada conforme segue:

$$\text{Prob}(\text{não evento}) = 1 - \text{Prob}(\text{evento}).$$

A relação entre a variável independente e a probabilidade é não linear. As estimativas de probabilidade sempre estarão entre 0 (zero) e 1(um), independentemente do valor de x .

Nos modelos de resposta binária calculam-se os parâmetros do modelo por meio do método de máxima verossimilhança (WOOLDRIDGE, 2006; GUJARATI, 2000).

O método de máxima verossimilhança consiste em selecionar os coeficientes que tornam os resultados observados mais prováveis, ou mais verossímeis. A estimação por máxima verossimilhança é baseada na distribuição de y , dado x . Assim, a heterocedasticidade em $\text{Var}(y/x)$ é automaticamente considerada (WOOLDRIDGE, 2006).

Para que um modelo seja estimado por máxima verossimilhança, é necessária a função log de máxima verossimilhança para cada i observado.

Além disso, convém lembrar que cada coeficiente β determina tão somente o sentido (ou o sinal) do efeito marginal, não a sua magnitude. Por isso, para a correta estimação da magnitude dos efeitos, recorreu-se ao *software* econométrico *Stata*²⁴, observando as diferenças entre pobres e não pobres.

3.2.2 Agrupamento independente de cortes transversais ao longo do tempo

Neste trabalho, utilizaram-se as Pnads dos anos de 1995, 2001 e 2007. Foi feita uma junção de amostras desses anos por meio de agrupamento independente de cortes transversais²⁵. De acordo com Wooldridge:

Um agrupamento independente de cortes transversais é obtido fazendo-se uma amostragem de uma população grande, em diferentes períodos de tempo (geralmente, mas não necessariamente, em anos diferentes). [...] Do ponto de vista estatístico, esses conjuntos de dados possuem uma importante característica: eles consistem de observações amostrais coletadas independentemente (WOOLDRIDGE, 2006: p. 402).

Além disso, outro aspecto fundamental atribuído à nossa análise de dados de cortes transversais é que elimina a correlação nos erros entre as diferentes observações. Isso decorre de que:

Fazer uma amostragem de uma população em períodos de tempo diferentes provavelmente levará a observações que não são identicamente distribuídas (WOOLDRIDGE, 2006: p. 402).

Outro motivo para adotarmos nessa análise o agrupamento independente de cortes transversais é aumentar o tamanho da amostra, obtendo estimadores mais precisos. Nas palavras de Wooldridge:

Uma razão para usar agrupamentos independentes de cortes transversais é aumentar o tamanho da amostra. Ao agrupar amostras aleatórias, extraídas da mesma população, mas em períodos de tempo diferentes, podemos obter estimadores mais precisos e estatísticas de testes mais poderosas (WOOLDRIDGE, 2006: p. 403).

Para refletir a possibilidade de que a população tenha distribuições diferentes em períodos de tempo diferentes, incluímos variáveis *dummy* para cada um dos anos estudados

²⁴ através do comando de pós-estimação “*mfx compute*”.

²⁵ O *software* econométrico *Stata* foi utilizado para a junção das amostras.

(exclusive o ano de 1995, que é o primeiro ano da amostra escolhido como o ano-base), permitindo que o intercepto mude em períodos de tempo diferentes.

3.3 Interpretação dos resultados

Esta seção tem o intuito de mostrar, sucintamente, os resultados da estimação *probit* para a desocupação juvenil, no âmbito da RMR. No intuito de avaliar o ajuste do modelo aos dados, as previsões do modelo foram comparadas aos resultados observados de fato, conforme a TAB. 14 e a TAB. 15. Os resultados da pertinência observada e predita são listados na tabela de classificação (TAB. 14 e 15), onde os casos com uma probabilidade predita de 0,5 ou maior são classificados jovens desocupados. De acordo com Neder:

Em geral, se a probabilidade estimada do evento for menor que 0,5, predizemos que o evento não acontecerá. Se a probabilidade for maior que 0,5, predizemos que o evento acontecerá (NEDER, s/d: p.5).

Wooldridge argumenta que uma medida do grau de ajuste é a percentagem corretamente prevista. Para ele, calculamos a probabilidade estimada de que Y assumo o valor 1 (um), onde caso a probabilidade seja maior que 0,5, a previsão de Y será 1 (um), e se menor que 0,5, a previsão de Y será 0 (zero). A percentagem de vezes que Y previsto se iguala ao Y verdadeiro (que sabemos ser zero ou um) é a percentagem corretamente prevista (WOOLDRIDGE, 2006: p.524).

Para o modelo aplicado ao subgrupo dos pobres, a percentagem corretamente prevista é 84,55% (TAB.14). Enquanto isso, para a subamostra dos não pobres a percentagem corretamente prevista é 89,01% (TAB.15).

De acordo com Wooldridge (2006), o indicador da porcentagem corretamente prevista pode ter percentual elevado sem, no entanto, ser de grande valia. Por isso, o autor aconselha a descrever a percentagem corretamente prevista para cada um dos dois resultados. Na TAB.14 e TAB.15 são descritos, na última coluna da tabela de classificação, os resultados corretamente preditos.

Convém esclarecer que esta tabela de classificação não mostra a distribuição de probabilidades estimadas para desocupação. Para cada grupo predito, a tabela só mostra se a probabilidade estimada é maior ou menor que 0,5.

Tabela 14 - Tabela de Classificação (Jovens pobres)

Predito			predição
	ocupados	desocupados	correta
Observado			(%)
ocupados	2610	228	86,53
desocupados	406	862	79,08
Total	3016	1090	84,55

*O valor de corte é 0,5

Fonte: PNAD/IBGE (elaboração própria).

A partir da TAB. 14 e TAB.15, é possível analisar a sensibilidade e especificidade do modelo. A especificidade corresponde à capacidade de o modelo prever corretamente dentro da categoria de referência (a categoria cujo valor da variável dependente binária é igual a 1 – um) a informação que efetivamente está nessa categoria, ou seja, prever como desocupados aqueles jovens que de fato são desocupados.

Quanto à sensibilidade, refere-se à capacidade do modelo de prever corretamente dentro da outra categoria (cujo valor da variável dependente é igual a zero) a informação que de fato está nessa categoria, ou seja: a capacidade de predição correta dos ocupados quando eles realmente são ocupados.

O modelo *probit* para a subamostra de jovens pobres da RMR tem alta especificidade, além de elevada sensibilidade. Da TAB. 14, extrai-se que 79,08% dos jovens pobres que realmente são desocupados foram preditos corretamente pelo modelo como jovens desocupados. De semelhante modo, observa-se que 86,53% dos jovens ocupados foram perfeitamente preditos como jovens ocupados quando eles de fato são ocupados. O percentual de acertos do modelo é 84,55%.

No caso dos jovens não pobres (TAB. 15), o modelo também apresenta elevada especificidade, bem como alta sensibilidade. Os dados da TAB. 15 apontam que o modelo é capaz de prever corretamente a condição de ocupação juvenil (ocupado ou desocupado) em 89,01% dos casos.

Tabela 15 - Tabela de Classificação (Jovens não pobres)

Predito			predição
	ocupados	desocupados	correta
Observado			(%)
ocupados	2900	214	94,00
desocupados	185	333	60,87
Total	3085	547	89,01

*O valor de corte é 0,5

Fonte: PNAD/IBGE (elaboração própria).

O percentual de jovens que estão de fato desocupados e essa condição foi corretamente predita pelo modelo é 60,87 %. Quanto aos que foram classificados como ocupados quando eles de fato estão ocupados, correspondem a 94%.

Diante disso, é mister afirmar que o modelo aplicado à subamostra de jovens não pobres revelou uma melhor capacidade de previsão (89,01%), comparativamente ao mesmo modelo aplicado ao subgrupo dos jovens pobres (84,55%), levando em consideração a percentagem corretamente prevista global.

Os resultados desse exercício empírico estão expostos na TAB. 16 e TAB. 17²⁶. Ressalta-se que cada coeficiente β determina tão somente o sentido (ou o sinal) do efeito marginal, não a sua magnitude, que foi calculada pelo *software* econométrico *Stata*, pós-estimação dos modelos e está representada na coluna dy/dx .

Conforme é possível observar na TAB. 16 e TAB. 17, alguns dos estimadores para o modelo não apresentaram resultados significativos²⁷ a um nível de 1%. Para o subconjunto da população pobre, as seguintes *dummies* não foram significativas: de sexo, raça, escolaridade, experiência maior que 20 anos, condição de cônjuge, ano de referência e as *dummies* interativas (TAB. 16).

²⁶ Ver também apêndice.

²⁷ Refere-se ao *P-Value*. É o menor nível de significância, ou nível exato de significância observada: o mais baixo nível de significância para o qual a hipótese nula pode ser rejeitada.

Tabela 16 - Estimadores do modelo probit para os jovens pobres

Jovem desocupado	Coeficiente	dy/dx	p-value	Intervalo de confiança (1 - α = 0,95)	
				Superior	Inferior
homem	-0,0866657	-0,0312866	0,376	-0,2787952	0,1054638
branco	-0,0084057	-0,0030226	0,899	-0,1382158	0,1214045
ensinosuper	1,271883	0,4695178	0,023	0,1749846	2,368782
ensinomed	0,2432342	0,0891217	0,049	0,0008406	0,4856279
yfampc	-0,0111517	-0,0040135	0,000	-0,0126598	-0,0096435
experd1	-2,989107	-0,6619253	0,000	-3,615554	-2,362659
experd2	-3,091396	-0,6277406	0,000	-3,749774	-2,433019
experd3	-3,051993	-0,531315	0,000	-3,628364	-2,475622
experd4	-2,462028	-0,3831105	0,000	-3,235097	-1,68896
experd5	0,1448458	0,0530331	0,623	-0,4333204	0,723012
conconj	0,2257234	0,0838245	0,041	0,0092795	0,4421672
confilho	0,5780435	0,2085648	0,000	0,4248735	0,7312136
conoutros	0,5785783	0,2230417	0,000	0,3131261	0,8440305
a2001	-0,266564	-0,0939072	0,110	-0,5934826	0,0603546
tend	0,4681813	0,1684999	0,000	0,3314351	0,6049275
interenssu~1	-1,15253	-0,2720498	0,047	-2,28993	-0,0151286
interenssu~7	-0,2274855	-0,0772085	0,721	-1,478634	1,023663
interensme~1	0,0487757	0,0177034	0,777	-0,2885904	0,3861417
interensme~7	0,2292525	0,0850811	0,165	-0,0950135	0,5535186
interho~2001	-0,0752172	-0,0267905	0,615	-0,3686807	0,2182464
interho~2007	-0,3399037	-0,1155933	0,022	-0,6300295	-0,0497778
Amostra	3889				
Amostra expandida	3839513				
p-value = valor do teste					
dy/dx = efeito ou magnitude					

Fonte: PNAD/IBGE (elaboração própria).

Já na estimação para a subamostra de jovens não pobres, os estimadores não foram significativos a 1% para a *dummies* de raça, escolaridade, renda familiar per capita, condição de cônjuge, ano de referência e todas as interações. Além das *dummies*, a variável renda familiar *per capita* também não apresentou significância para o subgrupo dos jovens pobres (TAB. 17).

Tabela 17 - Estimadores do modelo probit para os jovens não pobres

Jovem desocupado	Coeficiente	dy/dx	p-value	Intervalo de confiança (1 - α = 0,95)	
				Superior	Inferior
homem	-0,3096954	-0,0510515	0,011	-0,5490505	-0,0703403
branco	-0,0338515	-0,0054097	0,666	-0,1876676	0,1199647
ensinosuper	-0,2550896	-0,0367466	0,228	-0,6704844	0,1603052
ensinomed	0,0532611	0,0085336	0,707	-0,2251245	0,3316468
yfampc	0,0000933	0,000015	0,142	-0,0000314	0,0002181
experd1	-3,010618	-0,4344717	0,000	-3,732781	-2,288455
experd2	-3,389992	-0,3919215	0,000	-4,105791	-2,674192
experd3	-3,451836	-0,2091544	0,000	-4,20101	-2,702663
experd4	-2,211084	-0,1008634	0,000	-2,926453	-1,495715
experd5	0,479752	0,0980819	0,147	-0,1697459	1,12925
conconj	0,4218228	0,0815864	0,022	0,0608359	0,7828097
confilho	0,7596962	0,1185984	0,000	0,4326806	1,086712
conoutros	0,6376433	0,1408884	0,001	0,2564754	1,018811
a2001	0,0203315	0,0032764	0,894	-0,2783899	0,3190529
tend	-0,2300919	-0,036895	0,039	-0,4490611	-0,0111226
interenssu~1	0,2897444	0,054796	0,215	-0,1683745	0,7478632
interenssu~7	0,4174706	0,0833416	0,148	-0,149107	0,9840483
interensme~1	-0,0432077	-0,0067946	0,805	-0,3861604	0,2997451
interensme~7	0,3409804	0,0616517	0,133	-0,1046525	0,7866133
interho~2001	-0,0077449	-0,0012377	0,950	-0,2486747	0,2331848
interho~2007	0,1791388	0,0307477	0,298	-0,158627	0,5169046
Amostra	3417				
População	740251				
p-value = valor do teste					
dy/dx = efeito ou magnitude					

Fonte: PNAD/IBGE (elaboração própria).

Desconsiderados os resultados não significativos, temos que as variáveis que influenciam a probabilidade da desocupação juvenil, ao nível de 1% de significância, no caso dos jovens pobres são: renda familiar *per capita*, experiência (até vinte anos de experiência laboral) condição de filho, condição na família equivalente a outros parentes. Para os jovens não pobres, suas probabilidades de desemprego são afetadas pela experiência (até vinte anos de experiência no mercado de trabalho) e condição do jovem na família equivalente a filho ou outros parentes. Cabe apontar que essas variáveis exercem efeitos diferenciados para jovens pobres e não pobres.

A variável sexo, por exemplo, não apresentou significância para a probabilidade de desocupação juvenil dos jovens pobres, enquanto nas estimativas para a juventude não pobre,

o coeficiente da *dummy* de sexo indica que as mulheres têm maiores probabilidades de estarem desocupadas comparativamente aos homens. Ou seja, a tendência é que a taxa de desocupação feminina seja superior à masculina. As probabilidades de um homem não pobre estar desocupado são, em média, 5,1% inferiores as chances de uma mulher não pobre se encontrar nessa condição, a um nível de significância de 1% (TAB. 17).

Analisando a variável contínua renda familiar *per capita*, constata-se que possui uma relação inversa com a taxa de desocupação juvenil, no caso de jovens pobres. Um aumento marginal de R\$ 1,00 na renda familiar *per capita* do jovem pobre diminui em 0,4% a probabilidade de ele estar desocupado (TAB. 16). A variável não foi significativa para a juventude não pobre.

Quanto à experiência no mercado laboral, esta apresenta uma relação inversa com a desocupação juvenil tanto de pobres como não pobres. Convém esclarecer que essa redução na probabilidade de desocupação juvenil decorrente do aumento da experiência laboral acontece a taxas decrescentes.

Para os jovens pobres que possuem um a cinco anos de experiência laboral, suas probabilidades de estarem desocupados são, em média, 66% inferiores às chances de um jovem pobre inexperiente estar desocupado. Passando para os jovens pobres que possuem seis a dez anos de experiência no mercado de trabalho, suas probabilidades de desocupação são, em média, 62% inferiores às daqueles que não possuem experiência. Quanto aos jovens pobres que possuem onze a quinze anos de experiência de trabalho, suas chances de estarem desempregados são 53% menores que daqueles jovens pobres que ainda não se inseriram em uma ocupação. Já para os jovens pobres com 16 a 20 anos de experiência, possuem probabilidade de desocupação inferiores em 38% às dos jovens pobres inexperientes (TAB. 16).

No caso da juventude não pobre, a experiência também contribui para reduzir as probabilidades de desocupação juvenil. Os jovens não pobres que possuem de um a cinco anos de experiência laboral tem 43% a menos de chances de estarem desocupados, comparativamente a juventude não pobre inexperiente. Quanto àqueles que possuem seis a dez anos de experiência de trabalho, suas probabilidades de desemprego são 39% menores que daqueles que não possuem experiência. Os jovens com onze a quinze anos de experiência tem suas probabilidades de desocupação reduzidas em 20% comparativamente aos jovens não pobres sem experiência. Finalmente, aqueles jovens não pobres que possuem dezesseis a vinte

anos de experiência no mercado laboral possuem probabilidades de desemprego 10% menores que jovens pobres não experientes (TAB. 17).

Essa correlação negativa entre desemprego juvenil e experiência laboral pode estar ligada ao fato de que o jovem inexperiente está mais disposto a experimentar e alternar diversos tipos de ocupação até sua definição profissional. Além disso, ele geralmente ocupa postos de trabalho de elevada rotatividade e baixa produtividade. Também não se pode olvidar que para muitos postos de trabalho a experiência é exigida como um pré-requisito, especialmente no mercado formal (CASTRO, 2008; O'HIGGINS, 2001; MEDINA, 2001).

No tocante à condição do jovem na família, aqueles enquadrados nas categorias filho e outros apresentam maiores probabilidades de estar desocupados comparativamente à pessoa de referência do domicílio tanto para a população juvenil pobre quanto não pobre.

De fato, no caso de jovens pobres, os filhos apresentam 20% a mais de chances de estar desempregado comparativamente à pessoa de referência, a um nível de significância altamente significativo, com *p-value* equivalente a 0,000. Outros parentes apresentam probabilidades de estar desocupados 22% superiores às probabilidades da pessoa de referência, a 1% de significância.

No caso da juventude não pobre, filhos apresentam probabilidade de estarem desocupados 11% superiores à probabilidade da pessoa de referência se encontrar nessa condição (a uma significância de 1%) e outros parentes possuem 14% mais chances de ficar desempregados que a pessoa de referência do domicílio, a um nível estatisticamente significativo a 1%.

A menor probabilidade de estar desocupado para os classificados como pessoa de referência decorre de que a pessoa apontada como aquela de referência da família é também o provedor material ou chefe de família, na maioria dos casos (RIBEIRO; JULIANO, 2007).

Além do mais, os filhos contam com um maior aporte familiar que lhes possibilita a busca por uma ocupação mais adequada. O jovem apontado como a pessoa de referência, ao contrário dos filhos, costuma ser o principal provedor material da família, imperando uma maior necessidade de uma ocupação remunerada.

Em suma, pode-se dizer que as variáveis experiência e condição do jovem na família se revelaram estatisticamente significativas para a probabilidade de desocupação dos dois grupos analisados (jovens pobres e não pobres). Além disso, cabe esclarecer que os intervalos de confiança de ambos os grupos revelam que as diferenças não são relevantes.

O jovem inserido no desenho familiar na condição de filho possivelmente conta com um maior aporte doméstico na busca por emprego. Assim, ele “pode” dedicar-se mais tempo à busca por ocupação. Para o jovem que dispõe de aporte familiar, o fato de se inserir mais tardiamente no mercado laboral não deve ser considerado como uma desvantagem, pois confere a ele a possibilidade de uma inserção em melhores postos, em uma ocupação mais compatível com sua formação educacional, inclusive.

Quanto à experiência juvenil, de um modo geral, se revela mais necessária nos períodos de baixo crescimento econômico, pois os empregadores, muitas vezes, preferem contratar pessoas com maior experiência que, nesses momentos, também estão desocupadas. Diante disso, as oportunidades de inserção ocupacional para os jovens são maiores mediante elevado crescimento econômico sustentado, pois, nesse contexto, os trabalhadores mais experientes já foram absorvidos, então os empregadores se mostram dispostos a contratar pessoas com reduzida ou nenhuma experiência.

Destarte, o elevado crescimento econômico contínuo e sustentável contribui significativamente para a redução da probabilidade de desocupação juvenil. Entretanto, os jovens pobres e não pobres são alcançados de formas diferenciadas durante o período de crescimento econômico. Além do mais, isso revela, ainda, que o crescimento econômico *per capita* não é capaz de eliminar as desvantagens da juventude pobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desocupação juvenil tem sido amplamente debatida entre numerosos pesquisadores da área social sem, no entanto, alcançar um consenso. Enquanto alguns atribuem as causas do desemprego juvenil aos fatores do lado da oferta, outros indicam que o desemprego juvenil é decorrente de problemas que envolvem a demanda por mão de obra.

Este estudo objetivou analisar a desocupação dos jovens (15 a 29 anos de idade) pobres e não pobres no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife durante o período de 1995 a 2007.

Observou-se que as taxas de participação juvenil, assim como as taxas de desocupação juvenil, apresentaram uma trajetória crescente na Região Metropolitana do Recife desde 1995 até 2007. Em 1995, a taxa de participação juvenil da RMR foi 57%, aumentando para 59% em 2001. No ano de 2007 a taxa de participação juvenil eleva-se para 64% (PNAD/IBGE).

Enfatizamos que as taxas de participação e desocupação são distintas para jovens pobres e não pobres: embora seja esperada uma maior participação entre os pobres, ocorre justamente o inverso: observam-se entre os jovens não pobres taxas de participação mais elevadas que entre os pobres durante o período de 1995 a 2007, apesar da maior fragilidade econômica da juventude pobre. De acordo com Rocha (2004), é provável que a elevada dificuldade em encontrar um trabalho leve muitos pobres ao desalento, abandonando a População Economicamente Ativa, daí sua menor participação.

Quanto às taxas de desocupação segundo faixas etárias, observa-se que na RMR as maiores taxas são as dos jovens de 15 a 17 anos, enquanto as menores são as dos jovens de 25 a 29 anos. Isto posto, percebe-se que as taxas de desocupação tendem a decair à medida que a idade do jovem avança. Essa melhora nos indicadores de desocupação ao avançar da idade provavelmente ocorre por que ao passar para faixas etárias mais elevadas, o jovem vai adquirindo alguma experiência laboral, o que favorece suas chances de conseguir trabalho.

Isso se deve ao fato de que a idade pode ser considerada uma *proxy* da experiência. Dessa forma, a inexperiência do jovem de 15 a 17 anos ajudaria a entender porque suas taxas de desocupação são as maiores. Além disso, comumente é nessa fase que ocorre a pressão pelo primeiro emprego. Além do que, os adolescentes estão em fase de experimentação, então alternam entre as ocupações até se definir profissionalmente. Também cabe registrar que os

postos de trabalho que esses adolescentes encontram são de alta rotatividade (WELLER, 2007; CASTRO, 2008; O'HIGGINS, 2001; MEDINA, 2001).

Estudando a população juvenil da RMR a partir de uma segmentação por faixas etárias e também por condição econômica (pobre e não pobre), constatou-se que as taxas de desocupação percebidas entre os jovens pobres são significativamente superiores às dos jovens não pobres, indiferente a faixa etária considerada.

Além disso, conquanto seja esperado que a taxa de desocupação juvenil vá declinando conforme o avançar de sua idade, no caso dos pobres mesmo em faixas etárias avançadas as taxas de desocupação juvenil seguem elevadas. Destarte, ainda que as taxas de desemprego melhorem para os grupos estudados conforme sua idade avance, essa melhora é mais intensa no caso dos não pobres (RIBEIRO;NEDER, 2008).

No mais, o hiato entre as taxas de desocupação dos jovens pobres versus não pobres aumentou no período considerado, partindo de uma razão entre as taxas de desocupação pobres/não pobres de 1,8 em 1995, elevando-se para 2,2 em 2001, e em 2007 a taxa de desocupação juvenil para os pobres da RMR foi 2,4 vezes a taxa de desocupação juvenil verificada entre não pobres. Isso ilustra a maior fragilidade da juventude pobre no mercado de trabalho recifense.

O estudo constatou que é exatamente nas faixas etárias mais elevadas onde se encontra a maior razão entre as taxas de desocupação pobre/não pobre. Isso comprova que para os jovens pobres a taxa de desocupação não cai com o passar dos anos na mesma intensidade que para os não pobres, sendo o desemprego daqueles um problema que vai perseguí-los, condicionando sua vida adulta, quando a razão entre as taxas de desocupação pobre/não pobre fatalmente se tornará ainda mais elevada.

Quanto às taxas de desocupação juvenil conforme gênero, as maiores são sempre aquelas enfrentadas pelas mulheres jovens, sobretudo as mulheres jovens pobres.

Considerando as taxas de desocupação juvenil na RMR segundo o papel desempenhado na família, constataram-se maiores taxas entre os jovens que se encontram na condição de filho ou outro parente e as menores, entre os jovens apontados como pessoa de referência. Isso decorre do fato de que, muitas vezes, os filhos contam com um maior aporte familiar que lhes pode permitir que busquem uma ocupação mais adequada. Enquanto isso, o jovem apontado como a pessoa de referência costuma ser o principal provedor material da família, imperando uma maior necessidade de uma ocupação remunerada.

Adicionalmente, embora as menores taxas de desocupação segundo condição do jovem na família, indiferente a condição econômica, seja a daqueles apontados como pessoa de referência, as taxas verificadas entre os pobres representam mais que o quádruplo das taxas de desocupação dos não pobres que estão no papel de pessoa de referência.

Diante do exposto, percebe-se que a inserção no mundo laboral é de fundamental importância, sendo o desemprego um dos problemas mais críticos enfrentados pelas famílias e revelando-se um drama, principalmente se, além do desemprego, a família também vive uma situação de pobreza.

Em relação ao modelo econométrico utilizado, que foi o modelo de resposta binária *probit*, foi rodado para duas sub-amostras da População Economicamente Ativa juvenil da Região Metropolitana do Recife, a saber: pobres e não pobres. Convém esclarecer que o modelo aplicado ao sub-grupo dos não pobres revelou melhor capacidade de previsão de acertos (89%), comparativamente ao mesmo modelo aplicado à sub-amostra dos pobres (84%) pelos critérios de percentagem corretamente predita global.

O modelo de resposta binária captou que, ao nível de significância de 1%, as variáveis experiência e condição do jovem na família se revelaram estatisticamente significativas para a probabilidade de desocupação dos dois grupos analisados (jovens pobres e não pobres).

Os jovens classificados como filho ou outro parente apresentam maiores probabilidades de estarem desempregados, comparativamente ao jovem apontado como chefe da família.

Quanto a experiência juvenil, confere aos jovens pobres e não pobres uma redução em sua possibilidade de desocupação. Percebe-se que, em linhas gerais, a experiência se revela mais necessária em períodos de baixo crescimento econômico, visto que os empregadores, especialmente no mercado formal, preferem contratar pessoas com maior experiência que, nesses momentos, também estão desocupadas. Isso limita as possibilidades de inserção do jovem, normalmente inexperiente. Diante disso, as oportunidades de inserção ocupacional para os jovens são maiores mediante elevado crescimento econômico sustentado, pois, nesse contexto, os trabalhadores mais experientes já foram absorvidos, então os empregadores se mostram dispostos a contratar pessoas com reduzida ou nenhuma experiência, como é o caso de muitos dos jovens em busca de trabalho.

Assim sendo, o elevado crescimento econômico contínuo e sustentável pode contribuir para a redução da probabilidade de desocupação juvenil. Entretanto, os jovens pobres e não

pobres são alcançados de forma diferenciada durante o período de crescimento econômico. Não se pode descartar que o crescimento econômico não é capaz de, *per se*, eliminar as desvantagem dos jovens pobres na busca por ocupação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 14724: Informação e documentação: Projeto de pesquisa: Apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- CONDEPE/FIDEM Pernambuco: *PIB municipal 2002 – 2006*. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2008.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- CONDEPE/FIDEM. Disponível em: <<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepeFidem>>. Acesso em 15 de ago.2009.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- CONDEPE/FIDEM. *A Evolução do Produto Interno Bruto de Pernambuco no Quarto Trimestre e em 2008*. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2009.

ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. *Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para Belo Horizonte*. Nova economia, vol.16, n.3, 2006. p. 375-406.

BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambu: 2004.

BASTOS, R.; MATOS, J. A inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre: principais características, mudanças e permanências. In: *Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET*. Salvador: 2007.

BASTOS, R. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: Uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. (org.). *Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre: FEE, 2007.

BREWER, L. Jóvenes en situación de riesgo: *la función del desarrollo de calificaciones como vía para facilitar la incorporación al mundo del trabajo*. Ginebra: OIT, 2005.

BELLUZZO, L.G.M. e ALMEIDA, J.S.G. Enriquecimento e produção – Keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos*, nº 23, março, p. 120-7, São Paulo: CEBRAP, 1989.

BORGES, A. Deficits juvenis ou deficit de lugares? O desemprego e a ocupação dos jovens nos mercado de trabalho das metrópoles de nordeste e do sudeste. In: *Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET*. Salvador: 2007.

CACCIAMALI, M.C. *Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México*. Documentos de Estratégias de Empleo: Organização Internacional do Trabalho, 2005.

CAMARANO, A. A; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (orgs). Juventude e políticas sociais no Brasil. *Texto para discussão* nº 1335. Brasília: IPEA, 2008.

CODES, A.L.M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. *Texto para Discussão* nº 1332. IPEA: Brasília, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 de ago.2009.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. *A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos*. Boletim DIEESE, edição especial 1. São Paulo: DIEESE, 2002.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. *A inserção da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife*. Recife: DIEESE, 2009.

GUERRA, V. *Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante*. Rio de Janeiro: 1997. Mimeo.

GUJARATI, D. *Econometria básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em Cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R. P. *et alli* (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. 2 v, p. 17-40

IETS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Pobreza e Indigência. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915>. Acesso em: 15 de junho de 2009.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1996.

LAVINAS, L. *Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de set de 2009.

MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (doutorado em economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MEDINA, R. D. *Jóvenes e empleo em los noventa*. Montevideo: Cinterfor, 2001.

Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais* (1995). Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 26 de set.2009.

Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais* (2001). Brasília: MTE, 2000. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 26 de set.2009.

Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais* (2007). Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 26 de set.2009.

NEDER, H.D. *Econometria usando o STATA*. Uberlândia, 2008. mimeo.

NEDER, H.D. *Análise de Regressão Logística*. Uberlândia, s/data. mimeo.

O'HIGGINS, N. *Desempleo juvenil y política de empleo: uma perspectiva global*. Madrid: Ministério de Trabajo e Asuntos Sociales - OIT, 2001.

Observatório Recife. Disponível em:< <http://www.observatoriodorecife.org.br>>. Acesso em 17jul09.

PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO,G. (orgs.). *A cidadania negada – Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L.H. *Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. Boletim de Mercado de Trabalho*. Ministério do Trabalho e IPEA nº 26. Fev., 2005.p.42-56.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMÍCILOS (1995). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Microdados.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMÍCILOS (2001). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Microdados.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMÍCILOS (2007). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Microdados.

PNAD, *Notas Metodológicas*. Pesquisa Básica 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

POSSAS, M. *A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POSSAS, M. L. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. In. LIMA, G. T. E SICSÚ, J. (orgs.). *Macroecomia do emprego e da renda: Keynes e o Keynesianismo*. Barueri/SP: Manole, pp. 429-49, 2003.

RAMOS, C.A. *Teoria do capital humano*, s/d, Mímeo.

RAMOS, C. A. Políticas de geração de emprego e renda – Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. *Texto para Discussão nº 277*. UNB: Brasília, 2003.

RAMOS, C. A. *Las políticas de empleo em Brasil*. UNB: Brasília, 2003a.

RAMOS, C. A. O emprego nos anos 1990: O regime macroeconômico importa?. In *Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*. Nº 22. Rio de Janeiro: IPEA. 2003b. p. 11-14.

RIBEIRO, R.;JULIANO,A. DESOCUPAÇÃO JUVENIL E POBREZA NO BRASIL. In: *Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET*. Salvador: 2007.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. *Juventude(S): Desocupação, Pobreza e Escolaridade*. Uberlândia: 2008. Mímeo.

ROCHA, S. Mudanças estruturais no mercado de trabalho e seus impactos sobre os pobres no Brasil. In: *Revista da ABET*, v.4, n.1, Jan/Jun 2004. p. 5- 24.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, S. *Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil*. São Paulo: Centro da metrópole, 2006a. Disponível em: <www.centrodametropole.org.br/seminários/SRocha.pdf>. Acesso em 10 de out de 2009.

ROCHA, S. *O Mercado de Trabalho e a Inserção Produtiva dos Jovens*. Rio de Janeiro: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2007.

SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C.; KAPPEL, D. B. Adolescentes e jovens no Brasil: escolarização e inserção no mercado de trabalho. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambu: 2004.

SALM, C. Economia da Educação e economicismo. In: *Trabalho & Crítica – Anuário do GT Trabalho e educação da ANPED*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999, p. 9-15.

SALM, C. Crescimento sustentado e políticas de emprego. In: *XXVI FÓRUM NACIONAL*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SICSÚ, J. *Emprego Juros e Câmbio*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsiever, 2007.

SILVA, N.; KASSOUF, A. O Trabalho e a Escolaridade dos Brasileiros Jovens. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP*. Ouro Preto, 2002.

SILVA, P. L. N. *et alli*. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7 (4): 659-670, 2002.

WELLER, J. La inserción laboral de los jóvenes: características, tensiones y desafíos. *Revista de la CEPAL*, nº 92, 2007.

WOOLDRIDGE, J. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Thomson learning, 2006.

APENDICE A - TESTE DE RAZÕES: JOVENS COM ENSINO SUPERIOR

```
. svy: ratio (txdesocup: v4705/v4704), over(anoref srocha)
(running ratio on estimation sample)
```

Survey: Ratio estimation

```
Number of strata =      3      Number of obs   =    7738
Number of PSUs   =    646   Population size = 1.7e+06
                        Design df   =    643
```

```
txdesocup: v4705/v4704
      Over: anoref srocha
      _subpop_1: 1995 Pobre
      _subpop_2: 1995 Não-pobre
      _subpop_3: 2001 Pobre
      _subpop_4: 2001 Não-pobre
      _subpop_5: 2007 Pobre
      _subpop_6: 2007 Não-pobre
```

Over	Ratio	Linearized Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
txdesocup				
_subpop_1	.2015504	.0137607	.174529	.2285717
_subpop_2	.1070073	.0104678	.086452	.1275625
_subpop_3	.2979378	.0149835	.2685154	.3273602
_subpop_4	.1348462	.0074975	.1201238	.1495687
_subpop_5	.421625	.0134509	.395212	.448038
_subpop_6	.1751679	.0102368	.1550663	.1952696

Jovens pobres

```
. * 1) 1995 x 2001
. lincom [txdesocup] _subpop_1 - [txdesocup] _subpop_3
( 1) [txdesocup]_subpop_1 - [txdesocup]_subpop_3 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.0963874	.0203436	-4.74	0.000	-.1363353	-.0564396

```
. * 2) 1995 x 2007
. lincom [txdesocup] _subpop_1 - [txdesocup] _subpop_5
( 1) [txdesocup]_subpop_1 - [txdesocup]_subpop_5 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.2200746	.0192428	-11.44	0.000	-.2578609	-.1822884

```
. * 3) 2001 x 2007
. lincom [txdesocup] _subpop_3 - [txdesocup] _subpop_5
( 1) [txdesocup]_subpop_3 - [txdesocup]_subpop_5 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.1236872	.0201353	-6.14	0.000	-.1632261	-.0841483

Jovens não pobres

```
. * 1) 1995 x 2001
. lincom [txdesocup] _subpop_2 - [txdesocup] _subpop_4
( 1) [txdesocup]_subpop_2 - [txdesocup]_subpop_4 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.027839	.0128758	-2.16	0.031	-.0531227	-.0025552

```
. * 2) 1995 x 2007
. lincom [txdesocup] _subpop_2 - [txdesocup] _subpop_6
( 1) [txdesocup]_subpop_2 - [txdesocup]_subpop_6 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.0681607	.0146413	-4.66	0.000	-.0969112	-.0394101

```
. * 3) 2001 x 2007
. lincom [txdesocup] _subpop_4 - [txdesocup] _subpop_6
( 1) [txdesocup]_subpop_4 - [txdesocup]_subpop_6 = 0
```

	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
(1)	-.0403217	.0126888	-3.18	0.002	-.0652381	-.0154053

APENDICE B - Estimação da desocupação para os jovens pobres

Survey: Probit regression

Number of strata = **3**
Number of PSUs = **527**

Number of obs = **3889**
Population size = **839513**
Design df = **524**
F(**21**, **504**) = **58.25**
Prob > F = **0.0000**

jovdes	Coef.	Linearized Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
homem	-.0866657	.0978006	-0.89	0.376	-.2787952	.1054638
branco	-.0084057	.0660779	-0.13	0.899	-.1382158	.1214045
ensinosuper	1.271883	.5583598	2.28	0.023	.1749846	2.368782
ensinomed	.2432342	.1233869	1.97	0.049	.0008406	.4856279
yfampc	-.0111517	.0007677	-14.53	0.000	-.0126598	-.0096435
experd1	-2.989107	.3188837	-9.37	0.000	-3.615554	-2.362659
experd2	-3.091396	.3351372	-9.22	0.000	-3.749774	-2.433019
experd3	-3.051993	.2933929	-10.40	0.000	-3.628364	-2.475622
experd4	-2.462028	.3935189	-6.26	0.000	-3.235097	-1.68896
experd5	.1448458	.2943068	0.49	0.623	-.4333204	.723012
conconj	.2257234	.1101775	2.05	0.041	.0092795	.4421672
confilho	.5780435	.0779689	7.41	0.000	.4248735	.7312136
conoutros	.5785783	.1351245	4.28	0.000	.3131261	.8440305
a2001	-.266564	.166413	-1.60	0.110	-.5934826	.0603546
tend	.4681813	.0696086	6.73	0.000	.3314351	.6049275
interenssu~1	-1.15253	.5789769	-1.99	0.047	-2.28993	-.0151286
interenssu~7	-.2274855	.6368785	-0.36	0.721	-1.478634	1.023663
interensme~1	.0487757	.1717311	0.28	0.777	-.2885904	.3861417
interensme~7	.2292525	.1650628	1.39	0.165	-.0950135	.5535186
interho~2001	-.0752172	.1493832	-0.50	0.615	-.3686807	.2182464
interho~2007	-.3399037	.1476842	-2.30	0.022	-.6300295	-.0497778
_cons	1.661521	.3948145	4.21	0.000	.8859077	2.437135

. mfx compute

Marginal effects after svy:probit
y = Pr(jovdes) (predict)
= **.32497453**

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]		X
homem*	-.0312866	.03539	-0.88	0.377	-.100654	.038081	.584685
branco*	-.0030226	.02373	-0.13	0.899	-.049529	.043484	.275771
ensino~r*	.4695178	.16231	2.89	0.004	.151396	.787639	.012775
ensin~ed*	.0891217	.04579	1.95	0.052	-.000632	.178876	.309521
yfampc	-.0040135	.0003	-13.26	0.000	-.004607	-.00342	85.9722
experd1*	-.6619253	.04912	-13.47	0.000	-.758205	-.565646	.296424
experd2*	-.6277406	.04672	-13.44	0.000	-.719317	-.536164	.25471
experd3*	-.531315	.03513	-15.12	0.000	-.600176	-.462454	.175674
experd4*	-.3831105	.02855	-13.42	0.000	-.439074	-.327147	.066722
experd5*	.0530331	.10896	0.49	0.626	-.160531	.266598	.214847
conconj*	.0838245	.04162	2.01	0.044	.002248	.165401	.144945
confilho*	.2085648	.02658	7.85	0.000	.156465	.260665	.445033
conout~s*	.2230417	.05234	4.26	0.000	.120461	.325623	.069692
a2001*	-.0939072	.05617	-1.67	0.095	-.203991	.016177	.348442
tend	.1684999	.02509	6.72	0.000	.119323	.217677	2.04076
in~p2001*	-.2720498	.06411	-4.24	0.000	-.397699	-.146401	.004068
in~p2007*	-.0772085	.2018	-0.38	0.702	-.472721	.318304	.006962
in~d2001*	.0177034	.06276	0.28	0.778	-.105298	.140705	.106497
in~d2007*	.0850811	.06282	1.35	0.176	-.038043	.208205	.157155
interh~1*	-.0267905	.05285	-0.51	0.612	-.130371	.07679	.20739
interh~7*	-.1155933	.04692	-2.46	0.014	-.207552	-.023635	.190076

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Teste da especificidade e sensibilidade para os jovens pobres

	~D	D	total
-	2610	228	2838
+	406	862	1268
total	3016	1090	4106

	c1
p(+ D)	79.082569
p(- ~D)	86.538462
p(D +)	67.981073
p(~D -)	91.966173
p(+ ~D)	13.461538
p(- D)	20.917431
p(~D +)	32.018927
p(D -)	8.0338266
corretos	84.559182

ajuste[1,2]

	F	prob(F<c)
r1	58.249671	4.23e-120

APENDICE C - Estimação da desocupação para os jovens não pobres

Survey: Probit regression

Number of strata	=	3	Number of obs	=	3417
Number of PSUs	=	599	Population size	=	740251
			Design df	=	596
			F(21, 576)	=	45.90
			Prob > F	=	0.0000

jovdes	Coef.	Linearized Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
homem	-.3096954	.1218742	-2.54	0.011	-.5490505	-.0703403
branco	-.0338515	.0783197	-0.43	0.666	-.1876676	.1199647
ensinosuper	-.2550896	.2115096	-1.21	0.228	-.6704844	.1603052
ensinomed	.0532611	.1417477	0.38	0.707	-.2251245	.3316468
yfampc	.0000933	.0000635	1.47	0.142	-.0000314	.0002181
experd1	-3.010618	.3677089	-8.19	0.000	-3.732781	-2.288455
experd2	-3.389992	.3644689	-9.30	0.000	-4.105791	-2.674192
experd3	-3.451836	.3814621	-9.05	0.000	-4.20101	-2.702663
experd4	-2.211084	.3642496	-6.07	0.000	-2.926453	-1.495715
experd5	.479752	.3307096	1.45	0.147	-.1697459	1.12925
conconj	.4218228	.1838063	2.29	0.022	.0608359	.7828097
confilho	.7596962	.1665089	4.56	0.000	.4326806	1.086712
conoutros	.6376433	.1940821	3.29	0.001	.2564754	1.018811
a2001	.0203315	.1521022	0.13	0.894	-.2783899	.3190529
tend	-.2300919	.1114942	-2.06	0.039	-.4490611	-.0111226
interenssu~1	.2897444	.2332637	1.24	0.215	-.1683745	.7478632
interenssu~7	.4174706	.2884885	1.45	0.148	-.149107	.9840483
interensme~1	-.0432077	.1746238	-0.25	0.805	-.3861604	.2997451
interensme~7	.3409804	.2269062	1.50	0.133	-.1046525	.7866133
interho~2001	-.0077449	.122676	-0.06	0.950	-.2486747	.2331848
interho~2007	.1791388	.1719827	1.04	0.298	-.158627	.5169046
_cons	1.418582	.506128	2.80	0.005	.4245712	2.412594

. mfx compute

Marginal effects after svy:probit
y = Pr(jovdes) (predict)
= .08848241

variable	dy/dx	Std. Err.	z	P> z	[95% C.I.]		x
homem*	-.0510515	.02063	-2.47	0.013	-.091492	-.010611	.559197
branco*	-.0054097	.01251	-0.43	0.666	-.029938	.019119	.424964
ensino~r*	-.0367466	.02724	-1.35	0.177	-.090139	.016646	.189769
ensin~ed*	.0085336	.02268	0.38	0.707	-.035927	.052995	.51229
yfampc	.0000015	.000001	1.44	0.149	-5.4e-06	.000035	.495.756
experd1*	-.4344717	.0628	-6.92	0.000	-.55756	-.311383	.394295
experd2*	-.3919215	.04961	-7.90	0.000	-.489146	-.294697	.317454
experd3*	-.2091544	.02245	-9.32	0.000	-.253149	-.16516	.156681
experd4*	-.1008634	.00904	-11.15	0.000	-.11859	-.083137	.033874
experd5*	.0980819	.08229	1.19	0.233	-.063195	.259359	.101702
conconj*	.0815864	.04057	2.01	0.044	.002075	.161098	.158387
confilho*	.1185984	.02316	5.12	0.000	.073202	.163995	.546019
conout~s*	.1408884	.05258	2.68	0.007	.03784	.243937	.091664
a2001*	.0032764	.02461	0.13	0.894	-.044966	.051519	.319375
tend	-.036895	.01795	-2.06	0.040	-.072078	-.001712	2.12643
in~p2001*	.054796	.05123	1.07	0.285	-.045606	.155198	.06198
in~p2007*	.0833416	.06925	1.20	0.229	-.052387	.21907	.090178
in~d2001*	-.0067946	.02695	-0.25	0.801	-.059622	.046033	.166615
in~d2007*	.0616517	.0458	1.35	0.178	-.028108	.151411	.236527
interh~1*	-.0012377	.01954	-0.06	0.950	-.039541	.037066	.17669
interh~7*	.0307477	.03147	0.98	0.329	-.030934	.092429	.217099

(*) dy/dx is for discrete change of dummy variable from 0 to 1

Teste de especificidade e sensibilidade para os jovens não pobres

	~D	D	total
-	2900	214	3114
+	185	333	518
total	3085	547	3632

p(+|D) 60.877514
p(-|~D) 94.003241
p(D|+) 64.285714
p(~D|-) 93.12781
p(+|~D) 5.9967585
p(-|D) 39.122486
p(~D|+) 35.714286
p(D|-) 6.8721901
corretos 89.014317

ajuste[1,2]

F prob(|F<c|)
r1 45.895751 2.96e-108